

ELAINE CRISTINA OZÓRIO

O PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU-RJ:

(1990 - 2007)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Alves Natal
Doutor em Política Econômica / UNICAMP

Rio de Janeiro
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O99p Ozório, Elaine Cristina.
O processo de (re)produção do espaço urbano na cidade de Nova Iguaçu-RJ : (1990-2007) / Elaine Cristina Ozório. – 2007.
93 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Jorge Luiz Alves Natal.
Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2007.
Bibliografia: f. 90-93.

1. Planejamento urbano – Nova Iguaçu (RJ). 2. Nova Iguaçu (RJ). I. Natal, Jorge Luiz Alves. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 711.4098153

ELAINE CRISTINA OZÓRIO

**O PROCESSO DE (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU-RJ:
(1990 - 2007)**

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

Prof. Dr. Jorge Luiz Alves Natal
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Prof. Dr. Alberto Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFFRJ

Prof. Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFFRJ

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que se fizeram presentes, que se preocuparam, que foram solidárias, que torceram por mim. Mas bem sei que agradecer é sempre difícil. Posso cometer mais injustiças esquecendo pessoas que me ajudaram do que fazer jus a todas que merecem. De qualquer forma, todos os que realizam um trabalho de pesquisa sabem que não o fazem sozinhos, embora seja solitário o ato da leitura (em nossos tempos) e o do escrever. O resultado de nossos estudos foi possível apenas pela cooperação e pelo esforço de outros antes de nós. Pesquisadores de vulto histórico como Marx já escreveram sobre o fardo que impomos aos ombros de gigantes que nos precederam. Isto me leva a questionar-me: quanto de mim sou eu, e quanto é dos outros com quem convivi e com quem convivo? A pergunta cabe porque sinto que este trabalho não é só meu. Pelos autores que li, pelos professores com quem tive aulas na graduação e pós-graduação, pelos colegas de mestrado que me fizeram aprender com as discussões e conversas e pelos comentários e sugestões feitos aos meus primeiros rabiscos da dissertação.

Ao meu orientador Jorge Luiz Alves Natal devo integralmente a realização dessa dissertação. Não fosse sua tenacidade, segurança, apoio, comprometimento, amizade, confiança e dedicação a esse trabalho, não sei até onde eu teria chegado. Desde então, de nossas inúmeras conversas e discussões, ficaram inúmeras lições de como fazer pesquisa, além de uma visão muito mais complexa e despida de preconceitos de enxergar as relações econômicas. Se um dia voltar à academia, espero que esta seja apenas uma primeira etapa de uma parceria de muito sucesso.

Ao professor Dr. Alberto de Oliveira, pela leitura cuidadosa da dissertação e pelas várias críticas e sugestões na defesa e no exame de qualificação. Ao Prof. Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes, que gentilmente aceitou participar e colaborar com este trabalho fazendo parte da Banca.

A Professora Dr. Ana Clara Torres Ribeiro, pelas aulas, sugestões, conselhos e dicas informais, pessoa agraciada por Deus em intelectualidade e humildade, que só me fez bem. Juntamente com a Professora Luciana Corrêa do Lago(a quem agradeço aqui: obrigado), que participou do exame de qualificação. Boa parte das sugestões destas duas professoras está aqui incorporada. A professora Tamara Tania Cohen Egler, sempre me incentivando com suas palavras gentis e alegres, obrigado pelos sorrisos.

Ao Professor Dr. Alvaro Henrique Ferreira, da PUC-RIO, graças ao seu apoio incondicional tive condição de prosseguir até aqui. Professora Regina Célia de Mattos da PUC-Rio não esqueci de você.

Aos meus colegas de mestrado, seja pelo convívio diário nos estudos, pela preparação para as provas e trabalhos, cafés, discussões e pelas idéias, qualquer agradecimento aqui ficará muito aquém do justo. Seria injusto não citar um grande amigo que me acompanhou desde a graduação na PUC-RIO o Frederico Duarte Irías, sempre presente, sempre apoiando, incentivando e, humildemente, pedindo ajuda quando preciso foi, assim como muitas vezes também o fiz. Valeu Fred! Ao Maurício, que faz parte do grupo de pesquisa do professor Jorge, pela disponibilização do material sobre o escola-bairro, também deixo o meu muito obrigado!

Não deixaria de agradecer jamais á uma grande amiga, Dani Davegna imprescindível na vida de qualquer ser humano. Não tenho palavras para expressar a grandeza e importância da sua amizade em minha vida, e a participação sempre ativa nos trabalhos acadêmicos. Obrigado Dani, você é demais!

A todos os professores, funcionários e alunos do Mestrado, e todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação,

dando-me força, incentivo e principalmente, acreditando ser possível trabalhar o tema espaço no instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional.

A Zuleica, pela extrema competência com a qual resolveu todas minhas questões burocráticas no IPPUR. À Vera, Ana Lúcia, Kátia e ao Josimar, pela igual competência com a qual realizam seus trabalhos.

Ao Cnpq, pela ajuda financeira.

Minha família merece poucas palavras, mas aquelas que me são mais caras. Obrigado por vocês existirem. Obrigado por depositarem em mim a confiança para todas as horas. Sei que vocês se orgulham por eu ter atingido uma etapa que nenhum outro de nós tinha atingido antes. Mas este orgulho que sentem por mim, converto numa obrigação de a cada dia ser mais digna de os representar. E... Especialmente ao meu marido e amigo Michel Moraes, a minha filha Ana Clara, minha mãe Suely, minha irmã Darcilene e a toda a minha família que sempre acreditaram na conclusão deste trabalho.

A Deus, fonte e doação de todos os dons necessários à elaboração deste texto. "Sois o meu Deus, venho agradecer-vos. Venho glorificar-vos, sois o meu Deus".(Sal. 117,28).

“Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. A pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhe tem acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público” (SANTOS, 1987, p.115).

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar o processo de (re)produção do espaço da cidade de Nova Iguaçu, a partir da década de 1990. Para tanto, buscar-se-á avaliar o significado das intervenções urbanas que ocorreram preferencialmente na área central dessa cidade, com o interesse estratégico de (re)valorização da posição geográfica, integrada à concentração de capital e atuação de diversos agentes que produzem a transformação urbana da cidade. Para isto, torna-se fundamental pensar o espaço produzido como mercadoria, que cada vez mais entra no circuito da troca, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a sua reprodução. Nesse sentido, as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. O espaço é produzido e reproduzido como mercadoria reprodutível.

Palavras-Chave: (re)produção do espaço, gestão da cidade, mercadoria e planejamento urbano.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to analyze the process of “(re)production” space production of New Iguaçu, from decade on of 1990. For so much, seek to evaluate the meaning of the urban interventions that occurred preferentially in the central area of this city, with the strategic interest of “(re)valorization” of the geographical position, integrated to the capital and performance concentration of several agents who produce the urban transformation of the city.

For this, it becomes fundamental to think the space produced as merchandise, that more and more enters the change circuit, attracting capital that migrate of an economy sector for other so as to make possible its reproduction. In this sense, the possibilities to occupy the space are always increasing, what explains the emergency of a logic associate to a space dominance new form that is reproduced ordering and addressing the occupation, fragmenting and turning the exchangeable spaces starting from operations that are accomplished in the market. The space is produced and reproduced as reproducible merchandise.

Key-Words: “(re) production” space, city administration, merchandise and urban planning

LISTAGEM DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Centro de Nova Iguaçu em 1940	23
Figura 02	Mapa das emancipações	26
Figura 03	Vista aérea da cidade (em destaque a Rod. Pres. Dutra – BR116)	28
Figura 04	Vista parcial da Via Light	28
Figura 05	Estrutura viária	30
Figura 06	Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, destacando a cidade de Nova Iguaçu	31
Figura 07	Setores de Planejamento Integrado	37
Figura 08	Comerciantes devem se adequar ao novo padrão	60
Figura 09	Reforma Urbana	61
Figura 10	Da cidade à City marketing: o espaço como mercadoria	63

LISTAGEM DE TABELAS

Tabela 01	Cidade em números	35
-----------	-------------------	----

LISTAGEM DE ABREVIações E SIGLAS

ACINI	Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEG	Companhia de Iluminação a Gás
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CID	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S. A.
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SINCOVANI	Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu
URG	Unidades Regionais de Governo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DINÂMICA URBANA E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO	19
1.1 <u>O crescimento e a incorporação da cidade de Nova Iguaçu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro</u>	20
1.2 <u>A estruturação do espaço urbano: mecanismos e agentes da produção do espaço</u>	31
1.3 <u>O crescimento desordenado e a reprodução do espaço</u>	38
2 GESTÃO DA CIDADE: DUAS EXPERIÊNCIAS ANTAGÔNICAS, CONCORRENTES E COMPLEMENTARES	45
2.1 <u>Inovações e permanências na gestão de cidades: novas contradições, novos Conteúdos</u>	47
2.2 <u>Planejamento estratégico em Nova Iguaçu: da cidade dormitório à cidade mercadoria</u>	55
2.3 <u>Bairro-Escola: a esquerda se (re) apropria da experiência paulista</u>	65
3 ESPAÇO COMO CONDIÇÃO/PRODUTO DA ACUMULAÇÃO	75
3.1 <u>A Reprodução de Lugares.</u>	75
3.2. <u>A fragmentação da vida cotidiana</u>	84
3.3. <u>Transformações urbanas: inovações e permanências</u>	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Uma dissertação de mestrado é fruto de um processo determinado de amadurecimento intelectual e pessoal a partir de experiências concretas de vida, que são apropriadas individualmente e expostas em debates públicos. É uma resposta a uma ansiedade pessoal de demonstrar ao coletivo o que se tem a dizer sobre determinado assunto que é considerado importante não só para nós autores, mas para o conjunto social.

Assim, a pesquisa que ora apresento deve ser vista no contexto do processo do conhecimento, processo cumulativo e, portanto, coletivo, o que significa que se configura na forma de um pequeno fragmento para o entendimento da análise geográfica da metrópole. Além de apoiada em muitos outros trabalhos, sem os quais não seria possível, esta pesquisa só se pôde realizar graças ao suporte intelectual, técnico e afetivo de várias pessoas.

Esta dissertação expressa, em uma de suas faces, um convívio, com o que poderíamos denominar a questão do espaço, sobretudo, do espaço urbano – metropolitano. Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território.

A sociedade constrói um mundo objetivo; na prática socioespacial, esse mundo revela em suas contradições, em um movimento que aponta um processo em curso, com base no processo de reprodução das relações sociais. Neste sentido,

é que podemos afirmar que no espaço se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade. A análise geográfica do mundo é aquela que caminha no desvendamento dos processos constitutivos do espaço social.

O objetivo desta dissertação é analisar o processo de (re)produção do espaço da cidade de Nova Iguaçu, a partir da década de 1990. Para tanto, buscar-se-á avaliar o significado das intervenções urbanas que ocorreram preferencialmente na área central dessa cidade, com o interesse estratégico de (re)valorização da posição geográfica, integrada à concentração de capital e atuação de diversos agentes que produzem a transformação urbana da cidade.

Para isto, torna-se fundamental pensar o espaço produzido como mercadoria, que cada vez mais entra no circuito da troca, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a sua reprodução. Nesse sentido, as possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Segundo Carlos (2001: p.13), o espaço é produzido e reproduzido como mercadoria reprodutível.

A análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital, da realização da vida humana. Esse movimento é o ponto de partida e de chegada deste trabalho. Assim, se o espaço corresponde a uma realidade global, revelando-se no plano do abstrato, e diz respeito ao plano do conhecimento, sua produção social, a prática socioespacial, liga-se ao plano do concreto. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares. Esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, o passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo como apropriação do espaço, nesse sentido, o espaço contempla dupla dimensão: de um lado é

localização; de outro, encerra, em sua natureza, um conteúdo social, dado pelas relações sociais que se realizam em um espaço-tempo determinado, aquele de sua reprodução na sociedade. É dessa forma que se desloca o enfoque da localização das atividades no espaço para a análise do conteúdo da prática socioespacial, movimento de produção/apropriação/reprodução.

A análise envolve, de modo articulado, três níveis escalares no plano mundial, aponta a virtualidade de seu processo de reprodução contínuo; no plano do lugar; expõe a realização da vida humana nos atos do cotidiano, como modo de apropriação que se realiza pelo uso, por meio do corpo; no plano da cidade, ilumina a perspectiva do entendimento da cidade como obra humana, materialidade produzida ao longo da história, revelando-se como mediação entre outros dois níveis. A articulação-justaposição desses três níveis ganha configuração e articulação pela noção de reprodução da cidade.

Como aponta Lefebvre (1994), as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando. As relações sociais ocorrem em um lugar determinado, sem a qual não se concretizariam, em um tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. É assim que espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação. A ação que se volta para o fim de concretizar, ou melhor, viabilizar a existência humana realizar-se-ia como processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. Isto é, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, e estas fogem – apesar de engloba-lo – o mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos e mercadorias, isto porque a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para a satisfação das necessidades materiais: é também a produção da humanidade do homem. Assim, o plano da produção articula a produção voltada para o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da produção da vida e de suas possibilidades, em

sentido mais amplo e profundo. Refere-se a modos de apropriação que constroem o ser humano e criam a identidade que se realiza pela mediação do outro (sujeito da relação).

Trata-se de um processo que ocorre revelando persistências / preservação; rupturas / transformações. É nesse sentido que o espaço aparece como condição, meio e produto da reprodução social revelando uma prática que é socioespacial. Desse modo, a análise do momento atual nos colocará diante do termo reprodução e não da produção.

A noção de produção se vincula a produção do homem, as condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta, por sua vez, para a reprodução, e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe apenas ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade. Portanto, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais lato sensu, em determinado tempo e lugar.

Termo amplo envolve a produção e suas relações mais abrangentes, o que significa, neste contexto, o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia deixar de incorporá-lo) para estender-se plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade. Nessa direção, a noção de reprodução desvenda como perspectiva a realidade urbana em constituição, analisa a vida cotidiana como lugar da reprodução em sentido amplo. É nesse plano que se pode ler detectada uma tendência: a instauração do cotidiano como elemento constitutivo da reprodução do mundo moderno na metrópole.

Essa tendência vai-se estabelecendo por meio do conflito entre a imposição de novos modelos culturais e de comportamento agora invadidos pelo mundo como mercadoria estabelecida no plano mundial, e pelas especificidades da

vida no lugar com a persistência de antigas relações. As novas condições de existência se realizam desigualmente em Nova Iguaçu pela criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana que transforma radicalmente a sociabilidade, empobrecendo-a à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo acelera em função do desenvolvimento da técnica, requer a construção de novos espaços, que vai redefinindo as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática socioespacial.

Assim, a gestação da sociedade urbana determina novos padrões que se impõem de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais, pelo desenvolvimento da mídia, que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida, pela rede de comunicação que aproxima os homens e os lugares), em um espaço-tempo diferenciado e desigual. O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações dessa cidade, aonde os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo com uma nova lógica, aprofundando as contradições entre o centro e a periferia.

Esta pesquisa articula dois planos de análise que constituem, a nosso ver, um movimento capaz de explicitar o processo de reprodução do espaço na cidade de Nova Iguaçu. De um lado o modo como o desenvolvimento do capitalismo gera contradições em seu próprio processo de realização. Nesse caso específico à transformação a partir de intervenções pontuais em uma cidade que faz parte da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como condição da realização do ciclo do capital. E a promoção da cidade pelo poder público local, que de uma maneira ou de outra mascara o processo de desenvolvimento desigual e seletivo que é parte integrante da estrutura urbana do espaço.

Inicialmente, realizaremos um breve histórico sobre a cidade de Nova Iguaçu e a sua incorporação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em seguida, analisaremos o papel das diferentes concepções das prefeituras na

transformação urbana da cidade de Nova Iguaçu. Os diversos usos, na cidade, entram em conflito, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena. São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem lutas.

Finalizando, analisaremos a cidade se reproduzindo, continuamente, como condição geral do processo de valorização gerado no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permitir que o ciclo do capital se desenvolva e possibilite a continuidade da produção, logo, sua reprodução. Pretende-se destacar as estratégias dos principais agentes produtores do espaço urbano da cidade de Nova Iguaçu, quando então se procura mostrar que suas ações não se dão de maneira isolada, mas através de redes de articulação ou coligações de agentes que objetivam, dessa forma realizar interesses específicos.

1. DINÂMICA URBANA E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO

Um trabalho que vise analisar o processo de evolução de qualquer cidade a partir de sua organização atual é, por definição, um estudo dinâmico de estrutura urbana. Para que evite cair no empirismo da mera descrição geográfica, no entanto, é necessário que ele relacione, a cada momento, a organização interna da cidade como o seu processo de evolução social. Só assim será possível integrar padrão e processo, forma e função, espaço e tempo. Tentando atingir este objetivo, o estudo apresentado neste capítulo inicial analisa a estrutura urbana da cidade de Nova Iguaçu e o processo de incorporação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, procurando perceber, paralelamente, suas interações com os processos econômicos, sociais e políticos que impulsionaram o país nesse período.

Vários são os responsáveis pela evolução da estrutura urbana no tempo. Analisá-los de forma detalhada, seria tarefa por demais complexa para os objetivos deste trabalho. Por esta razão, e sem descuidar da ação exercida por outros agentes modeladores do espaço, resolvemos dar atenção especial ao papel desempenhado pelo Estado. Partimos da premissa que, se a estrutura atual da cidade de Nova Iguaçu se caracteriza pela tendência a um modelo do tipo núcleo-periferia, onde a cidade concentra uma pequena parcela da população com alto poder aquisitivo se contrapondo a grande maioria da população do município que não dispõe de tal privilégio, uma espécie de periferia dentro da periferia, isto não se deve apenas às forças do mercado. Tal estrutura, também seria função do papel desempenhado pelo Estado no decorrer do tempo, seja através da criação de condições materiais que favoreceram o aparecimento desse modelo dicotômico, seja mediante ao estabelecimento de políticas que, embora objetivando muitas vezes regular conflito entre o capital e o trabalho, sempre acabaram sendo benéficas àquele e em detrimento deste.

O Estado não tem, pois, uma participação neutra no contexto urbano, como pretende os modelos neoclássico-liberais. Embora ele também não deva ser

concebido apenas como mero instrumento político, ou como uma instituição estabelecida pelo capital, como querem certas teorias marxistas ortodoxas, não há dúvida de que no cenário capitalista ele expressa o seu interesse. Daí é de se esperar que a ação pública venha contribuir efetivamente para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e das classes dominantes de benefícios que são negados às demais classes e setores da sociedade. Apesar de se constituir em agente distinto do capital, o papel do Estado no campo econômico tem sido o de garantir ao máximo a reprodução do capital, fazendo concessões apenas quando estas se evidenciam necessárias, ou seja, para assegurar as condições mínimas de reprodução da força de trabalho ou quando as pressões dos “de baixo” se tornam irresistíveis.

1.1 O crescimento e a incorporação da cidade de Nova Iguaçu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

No final da década de 1930 e até o início da década de 1950, observa-se na cidade do Rio de Janeiro um intenso processo de adensamento populacional dos subúrbios mais distantes. Devido ao rápido crescimento da população dessa cidade nesse período e, principalmente ao incremento do fluxo migratório, surge a necessidade da metrópole se expandir para os subúrbios mais afastados do centro para os municípios da Baixada Fluminense, pois, além de alocar sua população em rápido crescimento, ela precisava de novos espaços para localizar as suas indústrias.

Segundo Abreu (1997, p.96), o grande crescimento da população do Rio de Janeiro foi ocasionado, sobretudo pelo aumento do fluxo migratório em direção à capital da República. Embora não existam dados demográficos para o ano de 1930, a população da cidade nessa época deveria se situar em torno de 1.400.000 pessoas. No final do período de 1950, entretanto, essa mesma população havia quase que dobrado em tamanho, passando a totalizar aproximadamente 2.500.000 habitantes.

Nestes vinte anos, vários fatores contribuíram para o crescimento demográfico do Rio de Janeiro neste. O mais importante de todos foi, sem dúvida, o crescimento industrial da cidade, que passou a atrair mão-de-obra numerosa, de início proveniente dos estados mais próximos e, a partir da década de 1940, com a construção da Rodovia Rio - Bahia, também dos estados nordestinos. Este aumento populacional via migração, por sua vez em muito, contribuiu para o crescimento dos subúrbios, especialmente daqueles situados nas proximidades da fronteira do Distrito Federal (Pavuna, Anchieta) e além dela, já nos municípios da Baixada Fluminense.

Assim, o crescimento populacional nas áreas periféricas da cidade pode ser atribuído a quatro fatores determinantes: as obras de saneamento realizadas pelo Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense - D.N.O.S, a eletrificação da Central do Brasil em 1935, a instituição da tarifa ferroviária única para os trens em todo o Grande Rio e a abertura da Avenida Brasil em 1946, que aumentou a acessibilidade aos municípios periféricos.

Para Soares (1960, p.57), um dos objetivos fundamentais a ser alcançado com o saneamento da Baixada Fluminense, era o de tornar o abastecimento da antiga capital da República independente de transportes longos e dispendiosos. No entanto, como já mencionado anteriormente, a metrópole necessitava dessa área para instalar sua população em rápido crescimento e para localizar suas indústrias, pois ela preenchia todos os requisitos necessários à concretização desses objetivos.

Iniciados, intensivamente, a partir de 1936, os trabalhos de saneamento da baixada constituíram o primeiro passo para a sua recuperação. Uma vez saneada nada mais impediria a sua expansão, ao longo não só da linha-tronco da Central, mas também, das demais estradas de ferro que cortavam grandes trechos de planícies embrejadas, como era o caso da Leopoldina, do Rio do Ouro e, em escala menor, a Linha Auxiliar.

Gradativamente, cada estação foi sendo ocupada, cercada; verdadeira massa humana se precipitou sobre as zonas da baixadas mais próximas da cidade, ao mesmo tempo em que numerosas indústrias também se dirigiram em busca de terrenos amplos e baratos, abundância de água, proximidade, facilidade e menor custo da mão-de-obra. Impostos mais baixos e outras vantagens que as próprias municipalidades da baixada ofereciam, também contribuíram para atrair populações, capitais e indústrias para essa região.

A cidade de Nova Iguaçu, nascida ao redor de um porto na foz do Rio Iguassú, nos fundos da Baía de Guanabara, transferiu-se, em fins do século XIX, para o local atual, às margens da ferrovia Dom Pedro II, inaugurada em 1858. De acordo com Rodrigues (2006, p.26), a cidade viveu três grandes ciclos econômicos, que contribuíram para revelar sua grande capacidade de recuperação, assim como destacar a sua posição na fronteira do espaço urbano, seu passado rico em conteúdo, autonomia e a sua condição de sede de um dos principais municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Durante boa parte do período colonial, as freguesias (distritos) da região de Iguassú viveram da exploração da cana-de-açúcar e dos negócios do porto fluvial que ligava, através da Estrada do Comércio, a corte às riquezas da Minas Gerais. No Império, a cultura do café substituiu os engenhos, deixando como saldo algumas fazendas e a consolidação da Vila de Iguassú. Em 1862, a expansão da Estrada de Ferro Dom Pedro II atraía primeiramente a sede da Freguesia de Jacutinga e, a partir de maio de 1891, a sede do Município. A extinta vila passa a chamar-se Iguassú Velho.

A transferência do núcleo da vila para a então Maxambomba, fugindo das pestes e buscando terras mais férteis e secas, próximo à ferrovia, abriu perspectivas para um novo ciclo: o do cultivo e exportação da laranja, completando, assim, seu grande terceiro ciclo econômico que antecede o processo de urbanização do município. Em homenagem à Vila de Iguassú, em 1916, o nome de Maxambomba foi substituído por Nova Iguaçu e, a partir daí, constróem-se as bases econômicas,

sociais e urbanísticas da “Nova” Iguaçu. Graças à produção de laranja, entre 1930 e 1939, o município passa a ser reconhecido como Cidade Perfume.

Figura 1 – Centro de Nova Iguaçu em 1940.



Fonte: INOVA, 2002.

É possível observarmos na Figura 1 a estrutura espacial da cidade de Nova Iguaçu, na década de 1940, onde já havia uma forma de organização do espaço que condicionava e assegurava a concentração de renda, realimentando os conflitos de classe. Observamos também, que do lado direito da linha férrea se instalou uma população mais abastada composta por antigos citricultores e comerciantes da época e que o lado esquerdo da linha foi ocupado por uma população de renda mais baixa, definindo a periferização do local.

Até os anos 1930, Nova Iguaçu, mantinha uma atividade rural intensa sendo responsável por 83% da produção de laranja do estado, como pôde ser visto em seu entorno, como na Figura 1, que mostra o centro da cidade de Nova Iguaçu na década de 40 ocupado pelos laranjais. A citricultura foi implantada nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, em virtude de fatores bastante favoráveis, não só pelas condições naturais, tais como: o solo argilo-arenoso, o clima quente e úmido do tipo tropical, as colinas e morros, cujas encostas permitem o escoamento do excesso d'água além da insolação necessária à maturação e qualidade do fruto.

A atividade agrícola se fazia necessária à região, principalmente pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, importante mercado consumidor, favorecida pela existência de um porto marítimo favorável às exportações, além da presença da estrada de ferro, a Linha Auxiliar e o Rio D'ouros, estradas essas que cortavam o Norte e o Sul da antiga "Vila de Iguaçú" ¹, sendo um dos meios de transportes mais importantes da época. A sede municipal era extremamente modesta, constituída de duas ruas que marginavam a ferrovia, totalmente cercadas de laranjais. O valor da produção citrícola ² agia, assim, como grande freio à onda loteadora. Dessa forma, Nova Iguaçú assume, sem concorrentes, a posição de "Capital da Laranja", provocando deslocamento de migrantes de todas as partes do país para o município, em busca de uma nova oportunidade de ocupação e renda.

Os fatores que levaram à decadência da citricultura em Nova Iguaçú são inúmeros. Podemos citar, entre tantos, a eletrificação do trecho Rio – Japeri (1937) e o Ramal Deodoro - Santa Cruz, o que motivou a explosão dos loteamentos, com o início da pressão urbana sobre as áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro.

Entretanto, foi a partir da eclosão do conflito mundial, que as exportações entram definitivamente em colapso, pois toda a laranja era exportada em navios frigoríficos estrangeiros que não aportavam mais no Rio de Janeiro. Assim como a falta de armazéns frigoríficos e o transporte rodoviário deficiente das chácaras para a ferrovia levaram ao apodrecimento das frutas nos pés, dando origem a uma praga citrícola que dizimou grande parte das plantações. Ao término da guerra a produção brasileira não atendia mais o mercado interno, o governo proibiu a exportação de laranja. A partir de então, os laranjais foram substituídos pelos loteamentos. Nas palavras de Soares (1960: p.59):

Se até 1946, essa região não fora alcançada pela onda loteadora, a razão disso fora à extraordinária vitalidade da citricultura, apoiada na exportação, que deteve a marcha urbanizadora que vinha se processando ao longo dos trilhos da Central do Brasil e de outras ferrovias. A crise da laranja iria por abaixo essa barreira à urbanização [...] À metrópole precisava de terra para

1 O ano de 1833, foi o da criação da Vila de Iguaçú e o ano de 1881 a transferência da sede da vila para Maxabomba. Em 1916, Maxabomba passa a ser chamada de Nova Iguaçú.

2 Em 1939, o Município exportou 1.320.540 caixas de laranja para a Europa e o Rio da Prata, tornando-se um dos principais produtores do país.

localizar suas indústrias [...] e para instalar as populações que a ela tinham afluído para trabalhar nessas indústrias.

Nova Iguaçu passava então a apresentar os sintomas da “febre imobiliária”, que se refletiu, principalmente, no retalhamento intenso do município para a criação de loteamentos nas áreas constituídas pelos antigos laranjais. No pós-guerra, com a expansão industrial e da construção civil, levas de nordestinos se deslocaram para a antiga capital da República em busca de melhores condições de vida. Esse fato se acentua, principalmente a partir do término da 2ª Guerra Mundial (1945), quando essa população exerceu tremenda pressão sobre as áreas desocupadas dos antigos laranjais. No final dos anos 40 e início dos 50, a onda urbanizadora atingia os limites da cidade, promovendo notável crescimento demográfico, constituindo uma das fases mais marcantes da expansão física da cidade de Nova Iguaçu. Ela se expande horizontalmente em sucessivos loteamentos, desprovidos de infra-estrutura e, ao mesmo tempo, assiste ao adensamento e verticalização de sua área central.

É fato que, Nova Iguaçu já foi muito maior do que é hoje. Porém, segundo Rodrigues (2006), diversas emancipações de distritos que queriam independência administrativa marcaram a história do município. O primeiro desmembramento ocorreu em 31 de dezembro de 1943, quando foi ratificada pela Câmara dos Vereadores a emancipação de Duque de Caxias. São João de Meriti também integrava esse novo município. Em 1947 foi a vez de Nilópolis se emancipar, no mesmo ano em que São João se separou de Caxias. Contudo, as emancipações que mais marcaram a economia de Nova Iguaçu foram às ocorridas no início dos anos 90.

Antes de iniciar seu ciclo de industrialização, Nova Iguaçu era uma cidade-dormitório, designação dada aos municípios cuja maior parte da população trabalha em outra cidade (no caso, o Rio de Janeiro). Além disso, praticamente não havia infra-estrutura urbana, já que a cidade acabara de sair de um período dedicado apenas a citricultura. Mesmo com as emancipações dos anos 40, Nova Iguaçu tornou-se ao longo dos anos uma das principais cidades do estado, tanto em população quanto em geração de renda. Mas essa realidade foi abalada após as

emancipações de importantes distritos. Em 1990 houve a emancipação de Belford Roxo (segundo menor distrito, porém um dos mais populosos), seguido por Queimados (no qual estava localizado o Pólo Industrial de Nova Iguaçu que, logicamente, passou a ser administrado pelo novo município). No ano seguinte, foi a vez de Japeri. Em 1999, Mesquita, distrito de apenas 36km², também se emancipou, tendo sua primeira eleição para prefeito no pleito municipal de 2000.

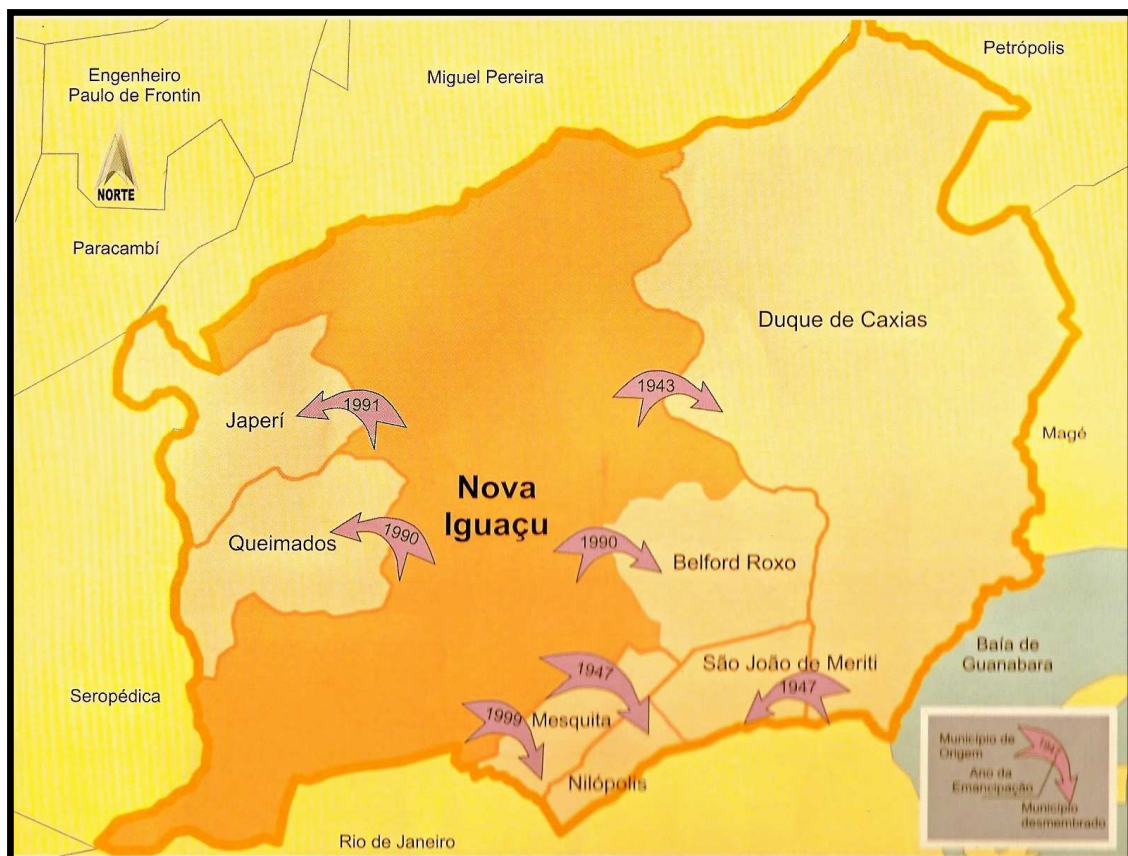


Figura 2 – Mapa das Emancipações

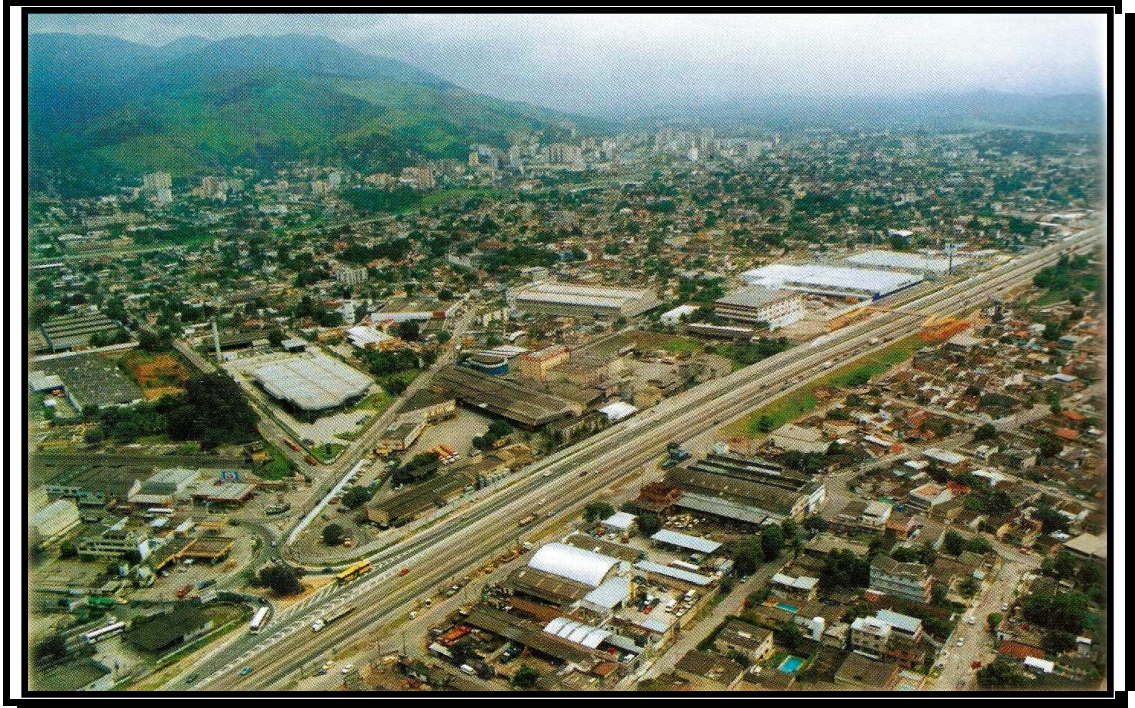
Fonte: Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu. 2004.

Para Rodrigues (2006), as emancipações trouxeram um “baque” econômico para o município de Nova Iguaçu, que teve população e, conseqüentemente, arrecadação reduzida, apesar de ter mantido praticamente o mesmo volume de gastos públicos. Em que se pesem todas as dificuldades, Nova

Iguaçu continua sendo considerada uma das cidades da baixada com grande atrativo para a região metropolitana. Apenas como exemplo, a indústria de cosméticos da cidade tem a segunda maior concentração de fábricas dessa área no país. Além disso, se antigamente Nova Iguaçu era uma cidade-dormitório, atualmente grande parcela da população trabalha na própria cidade. Apesar de alguns avanços, diversos de seus bairros são marcados por ausência ou insuficiência de serviços públicos, além da falta de infra-estrutura, como água encanada, recolhimento de lixo e postos de saúde.

No final dos anos 40 e início dos 50, a onda urbanizadora atingia os limites da cidade, promovendo notável crescimento demográfico, constituindo uma das fases mais marcantes da expansão física da cidade de Nova Iguaçu. Ela se expande horizontalmente em sucessivos loteamentos, desprovidos de infra-estrutura e, ao mesmo tempo, assiste ao adensamento e verticalização de sua área central. Um fator de extrema importância para essa integração com a região metropolitana do Rio de Janeiro, assim como a ferrovia, foi à abertura de rodovias, a Via Dutra (revigorada e ampliada), a Linha Vermelha e a Via Light são exemplos de vias que têm contribuído decisivamente para o crescimento da centralidade do espaço urbano da cidade de Nova Iguaçu, na medida em que encurtam, facilitam e articulam os fluxos de circulação da cidade com os municípios limítrofes da região, entre os quais Rio de Janeiro, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Belford Roxo, Seropédica, Queimados, Japerí, Miguel Pereira e Mesquita. Entre os aspectos característicos do modo pelo qual se processa essa integração, destaca-se a presença das vias de circulação, sendo elas as principais redes dessa incorporação e os elos de ligação das diversas áreas, o que vem favorecendo, de diversas formas, a urbanização da cidade.

Figura 3 - Vista aérea da cidade (em destaque, Rodovia Presidente Dutra – BR 116)



Fonte: Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu.

Figura 4 – Vista parcial da Via Light



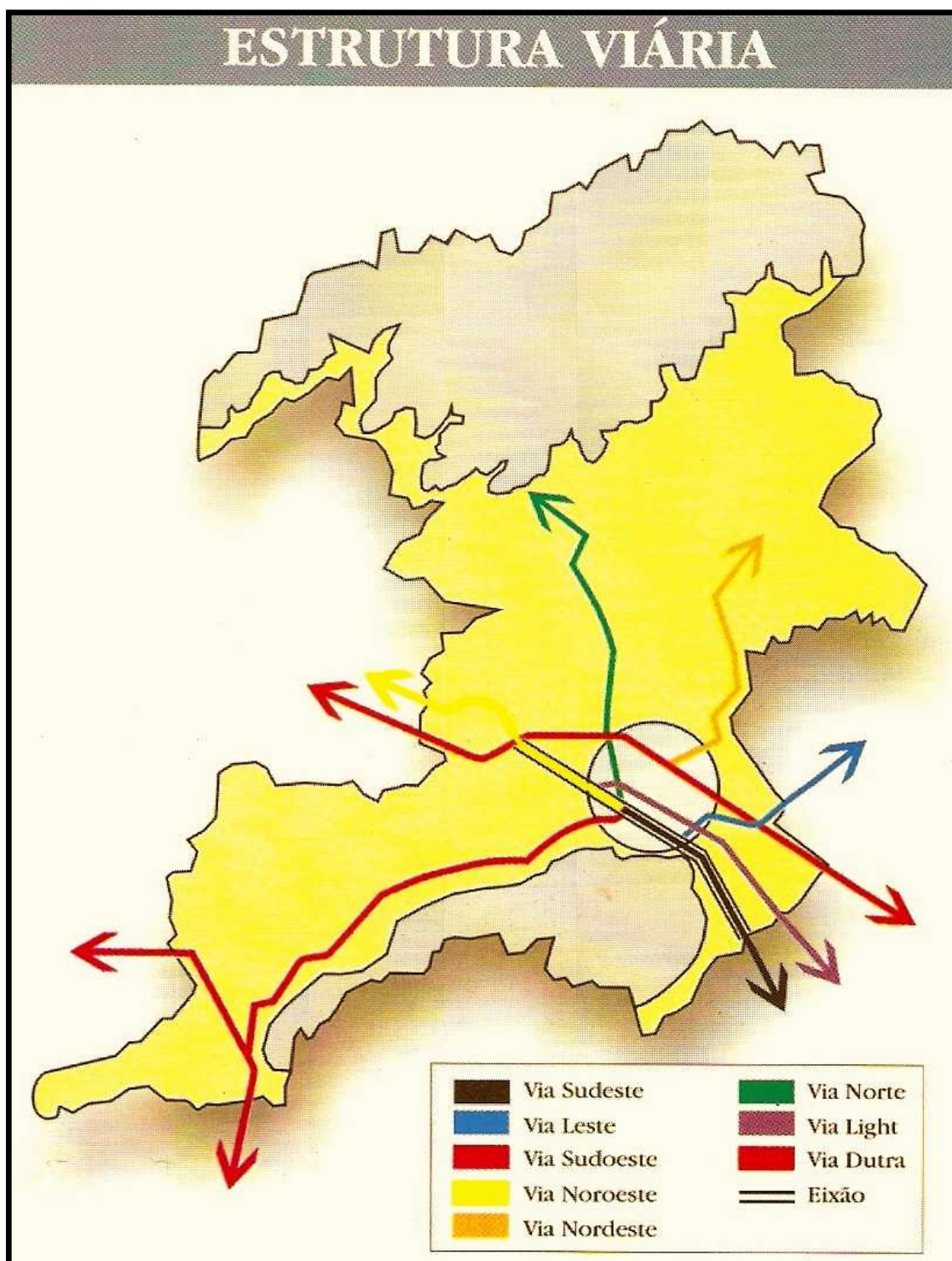
Fonte: Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu.

O Sistema Viário da cidade acha-se estruturado segundo seu posicionamento em relação ao sistema viário regional (Hierarquização do Sistema Viário) e segundo os pontos de integração no território municipal e regional (Corredores de Circulação e Transporte). Segundo a Hierarquização do Sistema Viário, a malha viária da cidade é constituída pelas seguintes categorias de vias:

- Eixo de Integração, constituído pela rodovia Presidente Dutra, tem a função de ligar a cidade aos pólos nacionais;
- Eixos estruturais, constituídos por rodovias estaduais ou municipais, integram os diversos setores dos municípios vizinhos.
- Eixos de articulação, constituídos por vias municipais, comunicam os diversos bairros da cidade.

Os Corredores de Circulação e Transporte estão ordenados segundo as seguintes vias: Via Dutra; Via Sudeste; Via Leste; Via Sudoeste; Via Noroeste; Via Nordeste; Via Norte e Via Light.

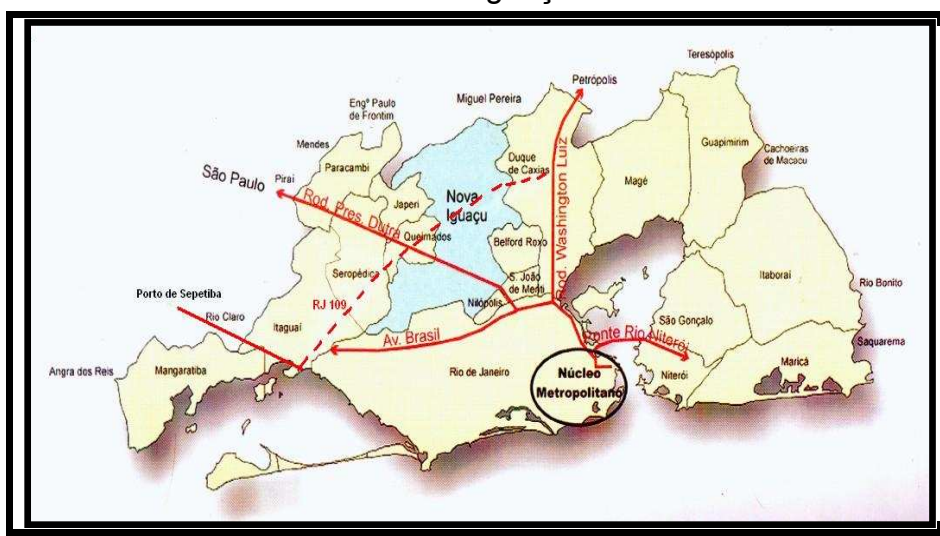
Figura 5 – Estrutura Viária



Fonte: Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu. 2004.

Como mostra a Figura 5, a (re) valorização atual da posição geográfica da cidade de Nova Iguaçu favorece uma significativa concentração de capitais privados, industriais, financeiros e imobiliários, que vêm proporcionando a ação dos diversos agentes que produzem a renovação urbana da cidade e ampliam e aprofundam as ligações entre a cidade e a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 6 – Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, destacando a cidade de Nova Iguaçu



Legenda: RJ 109 – refere-se ao projeto de construção de uma importante rodovia ligando o Porto de Sepetiba (Itaguaí) ao entroncamento da Rio-Juiz de Fora (BR-040) com a Rio-Teresópolis, cruzando a rodovia Presidente Dutra, próximo a Austin (Nova Iguaçu).

Fonte: Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu, 2001.

Modificado por: Elaine Cristina Ozório, 2001.

1.2 A Estruturação do Espaço Urbano: Mecanismos e Agentes da Produção do Espaço

A Cidade está localizada na região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, distando aproximadamente 35 km da capital estadual. Juntamente com outros 12 (doze) municípios, Nova Iguaçu forma uma sub-região, a Baixada Fluminense, apresentada há décadas como uma das mais problemáticas do estado, devido aos seus elevados índices de pobreza e violência. Com um território de 520,2 km² e população de 830 mil habitantes, o município apresenta densidade

demográfica bem acima da média do estado: são 1.449,60 hab/km², contra 328,08 da unidade federativa fluminense. Contudo, não há registro, significativo, do que se possa chamar de favelas em Nova Iguaçu, embora em algumas localidades mais distantes do centro urbano haja áreas de densa ocupação, cujos residentes mereçam maior atenção governamental e provável realocação.

Estima-se encontrar cerca de quarenta assentamentos irregulares, em áreas públicas e particulares. Os assentamentos irregulares, fundiariamente caracterizáveis como favelas, existem nos morros do centro da cidade, com aproximadamente 200 famílias, e nas margens do Rio das Botas, com cerca de 3.000 famílias vivendo em situação de risco. Existem ainda áreas invadidas que foram ocupadas pacificamente e, em grande parte, estão instaladas em terrenos públicos. Essas ocupações, normalmente, contaram com o beneplácito de algum político para sua instalação. Essas áreas, denominadas simplesmente de “assentamentos”, pela população de Nova Iguaçu, tiveram seu parcelamento concebido por engenheiros ou arquitetos e apresentam um traçado reticulado que em nada se parece com uma favela.

Segundo publicação elaborada pelo CIDE/2000, o déficit habitacional em Nova Iguaçu estaria no entorno de 10,35%, em relação ao estoque existente e famílias com renda mensal de até 02 (dois) salários mínimos. Do total dos domicílios de Nova Iguaçu, 59% apresentam carência quanto à questão de infra-estrutura, e 5,43% deficiência no atendimento, necessitando de algum tipo de melhoria no que diz respeito à solução de água potável, esgoto sanitário, iluminação pública ou coleta de lixo. O município possui 6,46% dos domicílios com deficiência no abastecimento de água potável. Com relação à questão de esgotamento sanitário, 31,55% das unidades habitacionais não estão ligadas à rede de esgoto sanitário ou não possuem fossa interligada ou ainda sem qualquer solução adequada.

No que diz respeito à economia, a cidade de Nova Iguaçu apresenta o quinto maior PIB entre os municípios que compõem a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, atrás das cidades do Rio de Janeiro, de Duque de Caxias,

de Niterói e de São Gonçalo. Com a emancipação do Distrito de Queimados, Nova Iguaçu perdeu expressiva fonte de geração de renda e emprego no setor industrial, concentrando suas atividades no setor terciário.

Em estudo publicado recentemente³, Jorge Natal registra uma inflexão positiva na economia do Estado resultante de investimentos realizados a partir de meados da década de 90. Este crescimento está relacionado à região norte do Estado, aos municípios onde há concentração de petróleo e, logo, pagamento de royalties, tais como em Macaé e Campos. Relaciona-se, também a municípios da Região Sul Fluminense (Volta Redonda e Porto Real). Em relação a RMRJ, houve inflexão econômica positiva notadamente no segmento Químico e Petroquímico nos municípios de Duque de Caxias (onde se localiza a refinaria de petróleo), Belford Roxo e Nova Iguaçu.

Entre a população em idade economicamente ativa residente em Nova Iguaçu, cerca de 23% encontrava-se na situação de desempregada em 2000. A parcela maior dos trabalhadores formais da cidade encontra-se na faixa salarial situada entre um a dois salários mínimos, 47,76%. Logo depois vem a faixa de mais de dois a quatro salários mínimos, 33,40%. Menos de 2% dos trabalhadores formais da cidade ganham menos de um salário mínimo, e pouco mais de 1% desses ganham mais de quinze salários mínimos.

O comércio responde por 31,35% dos postos de trabalho formais existentes na municipalidade, sendo que o setor varejista se sobrepõe ao atacadista. O perfil do seu comércio é tradicional, as vendas se concentram em produtos de massa e os processos de comercialização não absorveram os avanços tecnológicos. O setor de serviços também possui grande centralidade na economia da cidade, respondendo por 39,5% dos postos de trabalho do setor formal. Juntos, os setores de comércio e serviços respondem por cerca de 71% do PIB total da Cidade. Mesmo não sendo o setor que mais emprega no município, a participação

3 “O Estado do Rio de Janeiro pós-1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social”, Rio de Janeiro: Publicatti, 2005.

da indústria de transformação mostra-se significativa para a economia iguaçuana, empregando esse setor cerca de 14% dos trabalhadores formais da cidade. Como expresso nas tabela I.

Existe grande necessidade de mobilidade por parte da população no município, ou seja, parte significativa dos trabalhadores iguaçuanos, em torno de 40% desta população, ainda precisa se deslocar de Nova Iguaçu para trabalhar, sobretudo para a cidade do Rio de Janeiro. O município apresenta uma população majoritariamente feminina (51,5%) e de cor branca (43,4%). Todavia, no que diz respeito à cor da pele, agrupando os percentuais de negros e pardos tem-se 55% da população, ou seja, sua parcela maior.

De acordo com o ranking do trabalho elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), constante no estudo Mapa do Fim da Fome no Brasil dois, a cidade de Nova Iguaçu ocupa a 25ª posição, num total de 91 municipalidades, no ranking do trabalho do Estado do Rio de Janeiro. O estudo utiliza como critério de classificação a renda média dos trabalhadores residentes no município, que em Nova Iguaçu foi de R\$ 509,19 por mês em 2000. Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Nova Iguaçu registrou 0,762. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos demais municípios do Brasil, a cidade apresenta uma situação considerada boa pelo programa das Nações Unidas (ONU): ocupa a 1523ª posição, sendo que 1522 municípios (27,6%) estão em situação melhor e 3984 municípios (72,4%) estão em situação pior ou igual a da cidade. Em relação aos outros municípios do estado, Nova Iguaçu apresenta uma situação intermediária, ocupando a 45ª posição, sendo que 44 municípios (48,4%) estão em situação melhor e 46 municípios (51,6%) em condição pior ou igual.

Tabela I – Cidade em números

Produto Interno Bruto, em valores absolutos e per capita, segundo as Regiões de Governo e municípios				
Regiões de Governo e Municípios	PIB			
	Valores absolutos (1.000 R\$)	População	Valores per capita (1,00 R\$)	Número índice (Estado= 100)
Estado	220.206.189	14.961.513	14.718	100,00
Região Metropolitana	145.526.521	11.078.204	13.136	89,25
Nova Iguaçu	3.700.600	799.219	4.630	31,46

Fonte: Fundação CIDE - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2004

Número de estabelecimentos - Nova Iguaçu - 2003						
Porte/Setor	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total	%
Micro	1.070	4.858	4.409	21	10.358	91,8%
Pequena	73	333	345	3	754	6,7%
Média	28	46	34	0	108	1,0%
Grande	2	24	41	0	67	0,6%
TOTAL	1.173	5.261	4.829	24	11.287	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 2003

Empregados formais - 31.12.2003

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
Total das Atividades	37.905	26.404	64.309
Extrativa Mineral	247	24	271
Indústria de Transformação	6.471	2.856	9.327
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.470	54	1.524
Construção Civil	2.383	222	2.605
Comércio	12.276	8.070	20.346
Serviços	13.238	10.680	23.918
Administração Pública	1.749	4.490	6.239
Agropecuária	71	8	79
Idade de 16 a 24 anos	6.974	5.611	12.585

Indicadores Mercado de Trabalho - Censo 2000

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
População Residente	445.609	474.990	920.599
Pop. Economicamente Ativa	241.962	169.570	411.532
PEA Desocupada	43.882	45.346	89.228
PEA Ocupada	198.080	124.224	322.304
De 16 a 24 anos	39.226	23.064	62.290
Rendimento Médio (em R\$)	577,02	378,57	500,54
Trabalhadores Formais	103.807	43.742	147.549
Trabalhadores Informais	85.946	41.705	127.651

Assim, além dos dados econômicos, é necessário considerar que são os dados sociais que mostram o quanto à metrópole do Rio, assim como as outras grandes cidades brasileiras, vêm sofrendo os efeitos perversos da política econômica adotada pelo governo federal. A alta concentração de renda, com certeza, ajuda a compreender porque uma cidade como o Rio de Janeiro, com um PIB de 109 bilhões de reais em 2005, apresenta desigualdades sociais tão agudas.

Para efeito de administração e planejamento, a Cidade está organizada em nove Unidades Regionais de Governo (URG), sendo de maior extensão a que engloba as localidades de Tinguá, Adrianópolis, Rio D'Ouro e Jaceruba (URG de Tinguá), e a de maior população a URG do Centro, que engloba o Centro da Cidade e os bairros do seu entorno imediato. Como é verificado na figura 7, a seguir: ⁴

**4 Unidades regionais de governo:
Setor de Planejamento Integrado Centro**

- Unidade Regional de Governo Centro - URG I
- Unidade Regional de Governo da Posse - URG II
- Unidade Regional de Governo de Comendador Soares - URG III

Setor de Planejamento Integrado Sudoeste

- Unidade Regional de Governo de Cabuçu - URG VII
- Unidade Regional de Governo de Km-32 - URG VIII

Setor de Planejamento Integrado Noroeste

- a) Unidade Regional de Governo de Austin - URG IX

Setor de Planejamento Integrado Nordeste

- Unidade Regional de Governo de Vila de Cava - URG X
- Unidade Regional de Governo de Miguel Couto - URG XI

Setor de Planejamento Integrado Norte

- Unidade Regional de Governo de Tinguá - URG XII

Observação: Antes da emancipação do distrito de Mesquita, em 1999, havia o Setor de Planejamento Integrado Sudeste, composto pela Unidade Regional de Governo de Mesquita (URG IV), Unidade Regional de Governo de Banco de Areia (URG V) e Unidade Regional de Governo da Chatuba (URG VI). Atualmente, todas essas URGs fazem parte do

Figura 7 - Setores de Planejamento Integrado



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu (2003)

Bairros

A atual relação de bairros de Nova Iguaçu foi definida pelas Leis 2.965, de 17 de dezembro de 1998, e pelo Decreto 6.083, de 12 de janeiro de 1999.⁵

- ⁵ **URG I - Centro:** Centro, Califórnia, Vila Nova, Juscelino, Caonze, Bairro da Luz, Santa Eugênia, Jardim Iguaçu, Chacrinha, Moquetá, Viga, Rancho Novo, Vila Operária, Engenho Pequeno, Jardim Tropical, Prata.
- **URG II - Posse:** Posse, Cerâmica, Ponto Chic, Ambaí, Nova América, Carmary, Três Corações, Kennedy, Parque Flora, Bairro Botafogo.
- **URG III - Comendador Soares:** Comendador Soares, Ouro Verde, Jardim Alvorada, Danon, Jardim Palmares, Rosa dos Ventos, Jardim Pernambuco, Jardim Nova Era.
- **URGs IV, V e VI:** A definição dos bairros de Nova Iguaçu ocorreu antes da emancipação de Mesquita, em 1999. Portanto, as URGs IV, V e VI atualmente não fazem parte de Nova Iguaçu.
- **URG VII - Cabuçu:** Cabuçu, Palhada, Valverde, Jardim Laranjeiras, Marapicu, Lagoinha, Campo Alegre, Ipiranga.
- **URG VIII - Km-32:** Km-32, Paraíso, Jardim Guandu, Prados Verdes.
- **URG IX - Austin:** Austin, Riachão, Inconfidência, Carlos Sampaio, Tinguazinho, Cacuia, Rodilândia, Vila Guimarães.

Essas nove regiões de governo em que está dividida a cidade de Nova Iguaçu, como não poderiam deixar de ser, possuem numerosas diferenças entre si – sociais, econômicas, urbanísticas, de acesso a bens e serviços públicos, e ambientais. Contudo, profundas carências materiais, agravadas pelos reduzidos níveis de urbanização de que desfruta a municipalidade, fazem com que essas URGs se assemelhem através das demandas não satisfeitas.

1.3 O crescimento desordenado e a reprodução do espaço

No início da década de 50 o processo de ocupação e expansão urbana da cidade de Nova Iguaçu atingiu sua maior expressão. Entre 1950 e 1960, o município apresentou uma das expansões populacionais mais vigorosas, atingindo uma taxa geométrica anual de crescimento de 9,5%. Entre 1960 e 1970, a taxa geométrica anual de crescimento caiu para 7,3%, mantendo-se, contudo, como a mais alta da Região Metropolitana.

Assim Nova Iguaçu chega à década de 70 com 727.140 habitantes e consolida sua posição de um dos municípios mais populosos do país. Nova Iguaçu ocupa, hoje, a posição de quarto município mais populoso do Estado, apesar de vir diminuindo gradualmente sua taxa geométrica anual de crescimento e de ter diminuído seu território em função das várias emancipações ocorridas na última década. Em 1980, tinha uma população de 1.100.805 habitantes; em 1991, de 768.518 habitantes; e em 2000, 750.487 habitantes.

Em 1974, o governo federal anunciou a disposição de fundir os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, decisão que se concretizou no ano seguinte.

-
- **URG X - Vila de Cava:** Vila de Cava, Santa Rita, Rancho Fundo, Figueiras, Iguaçu Velho, Corumbá.
 - **URG XI - Miguel Couto:** Miguel Couto, Boa Esperança, Parque Ambaí, Grama, Geneciano.
 - **URG XII - Tinguá:** Tinguá, Montevideú, Adrianópolis, Rio d'Ouro, Jaceruba.

Essa deliberação interrompeu a política de investimentos em grandes obras urbanísticas e redirecionou a atenção para os instrumentos fiscais e creditícios visando o estímulo à indústria. No entanto, a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro não fez com que as expectativas de que a capital federal estimulasse a economia do restante do Estado fossem concretizadas. Desta forma as disparidades entre as regiões não diminuíram, contribuindo para transformar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro na mais polarizada do país.

De acordo com Natal:

[...] a transferência da capital, a fusão e a crise do padrão de desenvolvimento nacional, que destacava o Estado, na medida em que foram se sucedendo, mostraram que o ERJ havia sobrevivido à crise menos por suas potencialidades e mais pelas especificidades da sociedade carioca e as “vicissitudes” da história brasileira mundial. Essa crise, mais amíúde e dentre outras coisas, se expressou na defasagem tecnológica da estrutura produtiva e no conservadorismo de parcelas das elites econômicas (2002, p.6).

A grande expansão física da metrópole teve ainda três efeitos importantes sobre a estruturação do espaço da Baixada Fluminense: em primeiro lugar, ela não foi acompanhada da provisão de infra-estrutura básica, de maneira homogênea, provocando, um crescimento desordenado que se evidencia pelas desigualdades sociais visíveis no próprio espaço geográfico na cidade de Nova Iguaçu. Em segundo, o crescente aumento das distâncias entre o centro da metrópole e as áreas residenciais da periferia da cidade, possibilitou a formação de um subcentro comercial, para atender as necessidades da população local. Em terceiro, importa também enfatizar a função do subúrbio-dormitório que se expressa através do grande percentual da população economicamente ativa do município que se desloca diariamente, por transporte rodoviário e ferroviário, em direção a diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro.

As classes mais favorecidas foram ocupar as áreas que seguiam o traçado das linhas da estrada de ferro, principalmente nas atuais ruas Marechal Floriano Peixoto e Bernardino de Melo, configurando assim uma diferenciação do espaço geográfico iguaçuano, ocupadas por uma população mais abastada da

cidade, composta pelos antigos comerciantes e citricultores da época, em detrimento das demais áreas da cidade, onde vive a população menos favorecida e desprovida, muitas vezes, de infra-estrutura básica.

Segundo Smith (1988: p.33), o desenvolvimento desigual é o produto do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem capitalista, tal como a diferença entre os espaços mais ou menos desenvolvidos, (esse padrão pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço). Embora o autor esteja se referindo a uma escala global, isto também se aplica visivelmente à paisagem urbana da cidade de Nova Iguaçu, na medida em que seu processo de desenvolvimento se estruturou de forma desigual.

Sendo assim, a cidade já surgiu com o seu espaço tomado pela lógica do valor de troca, uma vez que o significado do movimento que a estimulou engendrava esse elemento em sua essência. Não obstante, esta cidade logo assumiria a forma da desigualdade na sua ocupação socioespacial, reflexo da desigualdade característica da sua ocupação irregular e desordenada. Por isso, entendo que o planejamento de uma cidade que visa erguer num determinado território fundamentalmente as dinâmicas do mercado consiste mesmo num planejamento excludente, elemento que condiciona o “fenômeno urbano”.

Para Lefebvre (1999: p.27), o essencial para o entendimento do “fenômeno urbano” é a leitura da cidade a partir de sua centralidade. Nesta, toda a diversidade de coisas, objetos, pessoas, mercadorias, formas, imagens, símbolos etc. se produz e se encontra, causando o típico espetáculo do urbano. Por isso pode-se, por ela, evidenciar-se a função (política e administrativa, comercial, produtiva e/ou de serviços), a estrutura (morfológica e sociológica) e a forma (disposição espacial) urbanas. Segundo o autor, a centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. (LEFEBVRE, 1999, p. 28).

A centralidade permite a assimilação da realidade urbana porque nela verifica-se a reunião de tudo em função das necessidades humanas de produção das condições materiais de sobrevivência, da reprodução do lazer e do consumo e de ocupação do espaço, sob situações determinadas. Sendo possível através do trabalho, este processo constrói-se sobre uma base de relações sociais em que uma parcela da sociedade determinará o curso das relações de produção, em função da propriedade que exerce sobre os bens de produção. A apropriação privada dos bens sociais materiais é utilizada, nas relações sociais de produção capitalista, para gerar a acumulação de capital. O mercado é o fundamento do ciclo (produção, circulação, consumo) que articula os recursos para o cumprimento dos objetivos capitalistas: a reprodução do capital; a acumulação de riquezas; o lucro. Assim, nas relações de mercado, o produto surgido desse processo de produção só realiza sua função enquanto mercadoria.

Naturalmente, isto se torna possível somente através da disposição do trabalho humano. Este é imprescindível, por consistir numa práxis criadora, não sendo, portanto, passível de substituição pela força motora animal e nem mesmo mecânica. Porém, como nessa relação de produção tudo é reduzido a um valor – transforma-se em mercadoria –, o trabalho humano também é exercido como mercadoria, sendo efetuado a partir da disposição de um valor, que coincide com o salário. Enquanto mercadoria (que, como qualquer outra, pode e deve ser negociada, barganhada, desdenhada) a mão-de-obra se coisifica, levando a que o trabalhador desumanize-se num gradativo processo de alienação.

Uma vez que o salário se forma como valor próprio da mercadoria mão-de-obra, ele não participa do lucro capitalista, pelo contrário, ele é fundamento para o lucro, haja vista que a intensificação da exploração da mão-de-obra (mais-valia) faz aumentar o lucro, por gerar mais produto-mercadoria que repetirá o ciclo. Com essas características o salário permite apenas a reposição cotidiana das forças humanas, para que o trabalho continue exercendo sua função. Assim, o exercício da propriedade privada determina a existência de seu oposto: a expropriação, alienação, desumanização.

Neste sentido, os contrários se encontram num sistema de produção que se desenvolve diretamente na cidade. Aí (na cidade), os encontros – de diferentes e de idênticos – geram a centralidade, aproximando os elementos da produção uns dos outros. Ela reúne todos os mercados (... o mercado dos produtos da agricultura e da indústria – os mercados locais, regionais, nacionais, mundiais – o mercado dos capitais, o do trabalho, o do próprio solo, o dos signos e símbolos). A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações (LEFEBVRE, 1991).

Essas diferenças reveladas pela cidade constituem-se na essência das relações sociais. A estruturação dessa diferença se dá quando a cidade gera um sistema de significações e de sentido, que reúne e segrega de acordo com as identidades. Neste sentido, a base desses valores é significante e significado, formando um conceito geral da cidade e para a cidade. A construção desse conceito é “dirigida” pelos grupos que organizam a política, controlam a produção, viabilizam o comércio, orientam o espaço público da cidade. Sendo assim, esse sistema não pode ser único, porque ele não congrega (e não o pode) todas as experiências, sensações e leituras sobre a vida urbana. Dentro desse sistema surgem, segundo Lefebvre, sistemas secundários, sendo que “a cidade se manifesta como um grupo de grupos” (LEFEBVRE, 1991).

Para Lefebvre, a identidade urbana, codificada pelo sistema geral, forma uma isotopia, ou seja, um campo de identidades, que coincide com o próprio sistema de produção. Nela todos se orientam para o trabalho, para o lazer, para a ocupação do espaço. Entretanto, como esse sistema é contraditório, essa identidade, essa isotopia, produz a própria exclusão, ou melhor, a diferença, compreendida como heterotopia, o lugar de fora, do outro. É na heterotopia que se formam os sistemas secundários, permitindo-nos enxergar as desigualdades da estrutura social pela formação de subprodutos de poder, signos, códigos e símbolos;

de hierarquia. Mas até mesmo muito mais do que isso: na constituição de um movimento social.

Esta situação projeta-se sobre o processo de (re) produção do espaço urbano, manifestando toda a dimensão das contradições sociais formuladas nas relações de produção. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual “a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 1994). Uma vez que a vida na cidade é orientada por um processo de produção que se completa com as relações de mercado, sustentado na prática do consumo, “ocupar” um lugar no espaço urbano (considerando-se que, certamente como tudo, esse lugar já possui um sentido e significado), consiste em participar de um modo de consumo. Por trás de todos os sentidos e significados, dos signos e símbolos, da política e da religião, da construção de um palácio e de um casebre, está o fator consumo. Na cidade consome-se de tudo: mão-de-obra, alimentos, ícones, idéias, espaço. Por isso, ela se afirma como “um lugar de consumo, e um consumo de lugar”. Carlos traduziu isto afirmando que “o mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar”. Ao analisar o processo de formação do espaço, esta autora entendeu que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados.

Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferentemente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classe. A disposição espacial das pessoas na cidade obedece à determinação de classes, de forma que os lugares ordenam-se representando em forma e conteúdo a situação sócio-econômica dos grupos que os ocupam.

Este fator completa a gama de situações que podem resultar em conflitos sociais na:

- Produção material: desigualdades no trabalho, conflito entre capital e trabalho, mais-valia;
- Formulação intelectual-ideológica: diferenças político-partidárias, fundamentalismo religioso, etc.;
- Ocupação espacial desigual: expressão de marginalidade, confinamento, destituição de infra-estrutura e serviços públicos. Com base nesta análise, percebe-se que os conflitos sociais que resultam desse último ponto não representam apenas uma luta por “consumo coletivo”; mais do que isso são o próprio reflexo de todo o processo de produção humana (mental, intelectual, material).

Através dos conflitos sociais, a cidade revela a sua dimensão paradigmática, ao explicitar todas as oposições e diferenças. Ao ocupar parcelas desiguais do espaço urbano as pessoas (re) produzem o lugar coletivo, a partir da finalidade do uso, das relações sociais que estabelecem, dos recursos econômicos de que dispõem dos projetos políticos que mobilizam e das condições naturais do espaço. É por esse curso que a produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico.

Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção [...] e nesse sentido é o locus da produção [...]. Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é um meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o locus da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. É, pois, na utilização social do espaço que ele vai se formando, se configurando, e conseqüentemente, expondo as riquezas, o poder, à hierarquização, bem como as carências e necessidades.

Porém, mesmo sendo especialmente o centro da cidade o lugar do encontro das diferenças, essa exposição tende a assentar-se de forma localizada, espacializada: riquezas no centro (ou nos centros) e carências na periferia. Como na

cidade atual centro e periferia se misturam, o uso do solo será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflito entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto, a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares.

Segundo Abreu (1997), o modelo da cidade do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercados por extratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infra-estrutura na medida em que se afasta do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda.

A sociedade urbana brasileira que resultou do processo de crescimento nesse período apresenta-se, estruturalmente complexa, espacial, ocupacional e socialmente diversificada, isto é, uma sociedade unificada, mas heterogênea, segmentada e, sobretudo, profundamente desigual.

2. GESTÃO DA CIDADE: DUAS EXPERIÊNCIAS ANTAGÔNICAS, CONCORRENTES E COMPLEMENTARES.

Como examinado no capítulo anterior, os diversos usos, na cidade, entram em conflito, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e do restante da sociedade ou de suas maiores parcelas. Enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena. São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso.

Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem lutas.

Desta forma, este capítulo tem por finalidade discutir as gestões governamentais em sua instância municipal; é dizer: ele se ocupa com as narrativas sobre os atos, procedimentos e instrumentos utilizados pelos governantes na administração da cidade de Nova Iguaçu. Para tal, abordaremos as gestões municipais de Nelson Bornier do PMDB (1997-2001) e Lindberg Farias (2005 aos dias atuais), com o intuito de tornar visíveis as diferentes táticas de legitimação do poder, ou seja, as que dizem respeito ao modo de articular, mobilizar e combinar os interesses e necessidades da população do município. Em abril de 1998, foi lançado o Plano Estratégico da cidade de Nova Iguaçu, sob o comando da gestão municipal do então ex-prefeito Nelson Bornier (1997- 2001), ou seja, Bornier foi prefeito da cidade de Nova Iguaçu por duas vezes consecutivas, deixando apenas a prefeitura em seu segundo mandato para se tornar deputado federal (pelo PMDB).

Governar a cidade ou governar os homens e as coisas não seriam práticas independentes. Segundo Foucault (1993), um governo encarrega-se não só dos homens, mas dos homens em suas relações com as coisas, dos governados em sua relação com a cidade, seja na relação de apropriação, de fruição e de uso, seja na de criação, de adaptação e de transformação. Se Foucault enfatiza na incumbência do governante a relação dos homens com as coisas é porque se situam precisamente nessa ligação os conflitos entre os homens em torno de interesses e de necessidades.

Os atos do governo dispondo, ajustando, disciplinando as relações dos homens com as coisas materializam-se, para Foucault, em táticas (1993). O entendimento do que são táticas já tinha sido discutido por ele em *Vigiar e Punir*, divulgado em 1975, como “ordenamento espacial dos homens [...] permitindo a colocação em ordem de uma multiplicidade dada [...] e condição primeira para o controle” (1993, p: 136); em *Microfísica do Poder*, esse entendimento foi ampliado e inserido no campo da problemática geral de governo, não de qualquer de suas modalidades, mas em sua forma política (FOUCAULT, 1993). Os atos de governo

consistem na “intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas” (FOUCAULT, 1993, p: 284). No âmbito do governo da cidade, entendem-se “táticas” como os atos de dispor as coisas, os procedimentos e os instrumentos de comando e de direção utilizados na ordenação espacial dos homens, um modo de ordenar lugares, mediar conflitos e concretizar idéias.

2.1 Inovações e permanências na gestão de cidades: novas contradições, novos conteúdos?

Falar a respeito da cidade, revelar seus significados e, sobretudo, apontar seus possíveis rumos apresenta-se como desafios permanentes. Debater a cidade remete-nos às tensões, conflitos e contradições políticas que emergem do modo de realização do ser e do estar urbano. Condição que faz-nos pensar o espaço urbano como campo de encontro de realidades, ideais e, sobretudo, virtualidades; um campo onde atores desiguais em disputa pelo espaço defrontam-se, um campo onde a dominação do espaço e suas possibilidades de apropriação social entram em confronto.

A produção do espaço urbano no capitalismo está associada à reprodução das relações sociais de produção – da totalidade e, neste sentido, ela atende à reprodução da família (o nível biofisiológico), a reprodução da força de trabalho e a reprodução dos bens de produção. Os quais não devem ser vistos separadamente, mas como diferentes momentos da reprodução social das relações sociais de produção. Lefebvre (1991) assinala que o espaço social contém representações específicas desta dupla ou tripla interação entre as relações sociais de produção e reprodução: as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação. As práticas espaciais abarcam a produção e a reprodução social das relações de produção e as localizações específicas e conjuntos espaciais específicos de cada formação social. As representações do espaço por sua vez estão ligadas às relações de produção e à ordem que estas

impõem a serviço de uma estratégia hegemônica e, portanto ao conhecimento, a um sistema de signos e códigos. Já os espaços de representação corporificam complexos simbolismos, por vezes codificados, por vezes não, ligados aos aspectos não-hegemônicos ou clandestinos da vida social, e encontram-se no domínio do imaginário.

A cidade pode ser vista como espaço singular no nível local⁶. Por meio de planos estratégicos e políticas públicas diversas, o Estado no nível local é um agente de suma importância na produção e organização do espaço. Assim, nas cidades, ocorrem ações e estratégias de desenvolvimento implantadas por vários agentes, em especial o Estado. A análise dessas estratégias permite avaliar os impactos socioeconômicos e a materialização dessas estratégias no espaço, no ambiente construído, que resultam em alterações do conteúdo e do significado desses espaços.

Para Silva (2003), essas ações e estratégias ocorrem em um espaço herdado, que é constituído por uma história local, um padrão de organização do território e da força de trabalho e por um dado grau de desigualdades sociais. Esta autora considera que a execução de estratégias sobre o espaço herdado promove impactos e possibilita a construção de um espaço projetado⁷ ou não, mas certamente transformado.

Na busca de soluções para seus problemas, muitas administrações locais mantêm várias funções tradicionais, geralmente ligadas à oferta de meios de consumo coletivos, mas vêm inovando, na medida em que assumem novos papéis ou implementam novas formas de gestão pública, de políticas sociais e de desenvolvimento econômico. No entanto, algumas diferenciações se fazem necessárias. Segundo Silva (2003), uma delas entre desenvolvimento local e

6 A idéia de local pode ter várias concepções: um município, parte de um município, um conjunto de municípios, um estado federativo ou uma região. No geral, neste trabalho, é tomado como sinônimo de município, a mais localizada instância do poder no Brasil.

7 Cf. COELHO, Franklin Dias (1996). Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângela & COELHO, Franklin Dias (org.). Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES.

desenvolvimento urbano. O desenvolvimento econômico local pode ser entendido como o conjunto de estratégias e ações para a (re) construção da base produtiva local (ativação da economia local), que pode impactar o espaço. Ele não deve ser confundido com desenvolvimento urbano. O desenvolvimento urbano dá-se a partir de um projeto físico para uma cidade e de políticas de controle do uso do solo, resultando na ordenação do território e de equipamentos coletivos 8.

Uma outra diferenciação a ser considerada dá-se entre gestão urbana e gestão de cidades. Henri Lefebvre⁹, sugere que a cidade parece designar um objeto definido e definitivo, o que poderia ser entendido com a forma construída, e o urbano se definiria como uma abreviação de sociedade urbana, o que englobaria as relações sociais que produzem e consomem na/da cidade.

De fato não podemos esquecer que nas práticas espaciais a reprodução das relações sociais de produção é predominante – por conseguinte as representações do espaço (domínio do concebido) “escravizadas tanto pelo conhecimento quanto pelo poder, deixam apenas a mais estrita trilha para os espaços de representação” (domínio do vivido) (LEFEBVRE, 1991). Portanto, o valor de uso do espaço da cidade submerge ante sua potencial mercantilização.

As rápidas transformações provocadas pela globalização econômica permitem questionar como será a geografia resultante do processo de reorganização do capital, da revolução tecnológica em curso e de rearranjos na gestão pública. De acordo com Silva (1998), a gestão pública pode ser entendida como a situação em que o Estado assume seu papel de gestor e articulador de políticas públicas por meio de instâncias político-administrativas.

8 Cf. SILVA, Claudete de Castro (1998 a). “Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: Análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa.” Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH da Universidade de São Paulo e COELHO, Franklin Dias (org.). Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES.

9 Cf. LEFEBVRE, Henri. (1984). La revolución urbana. Madrid: Alianza editorial, p. 23.

No entanto, a idéia de gestão urbana que vem se consolidando é de intervenções no ambiente construído, na forma física da cidade, enquanto gestão de cidades seria entendida como administração da cidade que, além de também resultar em intervenções no ambiente construído, define-se por um conjunto múltiplo de ação coletiva entre agentes, instituições e organizações, em complexa rede de interações, na qual o governo é uma das peças do jogo do poder, já que lhe cabe liderar o processo, mas também partilhar, delegar e interagir¹⁰. Assim, prefeitura, associações de empresários, sindicatos, Ongs e muitas outras organizações inter-relacionam-se, conflitam-se, constroem espaços de negociação e desempenham papéis.

O fenômeno da reestruturação capitalista e a crise dos Estados nacionais, ocorridas a partir da década de setenta, influenciaram nas discussões sobre os rumos dos processos de desenvolvimento no mundo e no Brasil. A peculiaridade é que o momento atual é marcado por fortes transformações e turbulências que condicionam os mecanismos de tomada de decisão por parte dos gestores públicos. É justamente nesse contexto que a gestão local desperta interesse. A cidade assume funções que antes eram de responsabilidade de instâncias de poder superiores. Segundo Barquero (1993), cada vez mais as cidades constituem-se em um espaço estratégico para a reestruturação produtiva e práticas de gestão inovadoras, por meio de medidas de crescimento econômico e de mudanças econômicas, sociais e espaciais.

Para Harvey (1996), tem havido uma maior ênfase da ação local em atividades vinculadas à produção, como uma estratégia para combater as dificuldades oriundas da crise capitalista que impactou também as cidades. No que se refere ao Brasil, uma forte crise econômica e uma crise do modelo federativo adentra os anos 90, o que acabou por afetar os municípios. Na última década também começaram a surtir os primeiros efeitos da Constituição de 1988 que

¹⁰ Esta definição foi inspirada em parte em FISCHER, Tânia. "Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local". In: FISCHER, Tânia (org.) (1996). Cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, p. 13-23.

incumbe os municípios de maiores recursos, mas também de maiores responsabilidades.

Nessa última década, no Brasil, convive-se com muitas inovações e transformações nas gestões das cidades, quando comparadas com décadas anteriores recentes, ao mesmo tempo em que práticas tradicionais ainda persistem. Embora o passado centralista contraste, com os princípios descentralizadores vigentes na Constituição de 1988, desde a década de oitenta o país tem vivido um redesenho em seu sistema federativo a favor da descentralização, com o fortalecimento da capacidade decisória das instâncias subnacionais de governo, como as unidades da federação e os municípios.

Na verdade, na maior parte da história do país, a instância municipal teve um papel subordinado às instâncias estadual e federal. Assim,

O exame da história municipal demonstra que a dependência político-administrativa dos municípios em relação aos poderes estaduais e da União foi uma constante, embora nem sempre com a mesma natureza. Entre o típico arranjo coronelista, a política dos governadores, o sistema populista de clientela e o incentivo a negociações através de canais não institucionais há diferenças substantivas apreciáveis [...]. Essas diversas engenharias institucionais, a despeito das particularidades em suas lógicas de funcionamento, provocaram um resultado semelhante: a pequenez do município enquanto unidade de governo, ainda em que determinados momentos esta limitação convivesse com lideranças locais fortes. (SADEK 1991: p11)

Apesar dos avanços que a Nova Constituição trouxe, deve ser notado que, segundo a ótica da distribuição de competências, foi ampliado o rol das competências concorrentes entre as três esferas do governo.

Em países de regime federativo, a distribuição de competências se dá em três categorias principais: competência exclusiva ou privativa, competência concorrente ou comum e competência supletiva. A experiência brasileira tem se caracterizado, de um lado pela ênfase na competência exclusiva, que praticamente só se aplica à União, e, de outro, pelo uso abusivo da competência concorrente, onde as três esferas se atrapalham se atropelam ou se omitem na prestação de serviços, notadamente da área social. (SOUZA 1990: p.57-58)

Assim, grande parte das políticas públicas, principalmente sociais, acaba não sendo efetivada, pois a competência concorrente “empurra” os problemas de uma instância a outra, faltando clareza em relação sobre qual instância deve realmente assumi-la.

O aumento do peso dos municípios no total de recursos tributários disponíveis não foi suficiente para atender as demandas resultantes do rápido processo de urbanização, fato agravado em razão da pulverização de recursos por mais de cinco mil e quinhentos municípios no país. Mas, mesmo com esta pulverização, a descentralização atual dá as instâncias locais de poder um grau de liberdade relativamente elevado em relação à instância federal, quando comparando os outros momentos da história do município no Brasil.

A partir dos anos oitenta um novo papel do poder local se consolidou. A nova Constituição de 1988 assegurou maior autonomia de decisões aos estados e municípios, tendo presente o ideário da descentralização, da democracia e da participação da população, vistos como condições de cidadania. Estes ideários, na verdade, expressam a emergência de uma sociedade civil emudecida durante anos de autoritarismo e da vontade de se instituir novas práticas políticas. Diversas inovações têm sido observadas e discutidas. Muitas delas acabam sendo incorporadas nas práticas de gestão. Dentre elas poderiam ser citadas: orçamento participativo, parcerias público-privadas, inovações nas finanças públicas e estratégias de desenvolvimento econômico local.

Porém, nem todas as inovações são socialmente positivas, mas, no geral, a maioria das que foi antes mencionada são consideradas bem sucedidas e vêm sendo utilizadas por administrações locais de contrastantes matizes ideológicos. No entanto, algumas práticas tradicionais que têm legado às cidades brasileiras um quadro injusto, economicamente crítico e administrativamente ineficiente permanecem.

Para Oliveira e Duarte (2005), no Brasil, o clima de instabilidade e as restrições fiscais do setor público, que caracterizaram a economia nos anos 80 e que atravessam a década seguinte, foram elementos adicionais que contribuíram para a consolidação de políticas públicas – em escala nacional e local – cuja lógica passa a repousar em conceitos como eficiência e competitividade.

De acordo com Natal (2005), tal instabilidade se agravaria durante o início dos anos oitenta e o final da primeira metade dos anos noventa do século passado, especialmente na sociedade fluminense, posto que ela alcançou as mais diversas expressões da vida social. Segundo o autor, a crise seria considerada longa (cerca de quinze anos), pois se levou em conta a perda de auto-estima e da identidade nacional da população do estado do Rio de Janeiro, assim como sua apreensão ao nível do imaginário coletivo teria seu ápice no processo iniciado com a transferência da capital (1960) e levado adiante com a denominada fusão (1974).

Desse quadro emergem novas orientações de gestão urbana e regional nas quais predominam aspectos como o caráter competitivo e a postura empreendedora. [...] Tais conceitos baseiam-se no pressuposto da inevitabilidade da crise, colocando como solução possível à integração das economias locais nessa nova “organização do trabalho”. Assim, a ação sobre o espaço passa a priorizar a “restauração da competitividade local” através da revitalização de áreas degradadas ou “desatualizadas”. Tarefa dessa magnitude exige a “reconstrução da imagem e identidade” do município, como também medidas que facilitem sua comunicabilidade com o mundo externo. Isso porque, no mundo globalizado, a acessibilidade é fundamental Oliveira e Duarte (2005), citando: (ARAÚJO, 2000).

Segundo Souza (2002), o conceito de gestão, há bastante tempo estabelecido no ambiente profissional ligado à administração de empresas (gestão empresarial), vem adquirindo crescente popularidade em conexão com outros campos. No Brasil, desde a segunda metade da década de 80, se vem intensificando o uso de expressões como gestão urbana, gestão territorial, gestão ambiental, gestão educacional, gestão de ciência e tecnologia e outras tantas.

Na interpretação de alguns, a palavra gestão veio bem a calhar como um sucedâneo do termo planejamento. Porém, planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se

referirem os diferentes tipos de atividades. Até mesmo intuitivamente planejar sempre remete ao futuro, ao passo que o termo gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista às necessidades imediatas. O planejamento é a preparação para a gestão futura.

De acordo com Souza (2002), planejamento e gestão são distintos e complementares. As tendências atuais de planejamento urbano e, particularmente, plano estratégico, enfatizam um mecanismo articulado de comunicação, cuja expressão máxima, pode parecer o marketing, que é tanto um instrumento de legitimação, quanto uma proposta comunicacional. Nesse sentido, a prática do convencimento, quando associada ao planejamento, cria uma cultura favorável ao negócio, expressa pela máxima “vender pra dentro para vender para fora”.

Para Harvey (1996), deve-se à passagem de um planejamento com um estilo “gerencial”, “administrativo” (managerialist) ou regulatório de governança urbana para um estilo “empresarialista” (entrepeneurialist), obcecado com o crescimento e a competitividade econômicos da cidade.

Segundo Mintzberg (PEREIRA 2002) planejar é pensar, tomar decisões com vistas ao futuro. Entretanto, tomar decisões para o futuro não é planejamento, pois este é um procedimento articulado na forma de mix de decisões conjugadas num contínuo decompor-articular-racionalizar (D-A-R). Estas são operações lógicas supostas na prática do planejamento, mas que não o esgotam. Nessa direção os usos e funções dos lugares vêm apresentando mudanças constantes, impondo uma nova lógica de desenvolvimento espacial dentro da cidade capitalista, reproduzindo uma morfologia que esvazia a vida das possibilidades que o uso do espaço contém.

Para Vainer (2000) apud Borja & Forn (1996), a representação da cidade-coisa, da cidade-objeto, da cidade-mercadoria (de luxo) coexiste com uma outra em que a cidade aparece como sujeito-sintático, isto é, lógico: “As cidades em

competição buscam por todos os meios aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e difusão”.

Diante de tantas experiências de gestão, algumas perversas, outras socialmente exitosas, impõe-se o desafio de analisá-las, observando outras inovações e alternativas, objetivando aprofundar o debate, bem como refletir sobre seus impactos espaciais. O debate sobre gestão pública na cidade tem agora características renovadas e desafiadoras. Para isso, investigaremos a seguir os principais elementos que vêm orientando as duas últimas gestões do município de Nova Iguaçu, tendo como pano de fundo as transformações econômicas, políticas e sociais nos anos 90.

2.2 Planejamento estratégico em Nova Iguaçu: da cidade dormitório à cidade mercadoria

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School¹¹, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. O modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo agressivo marketing adiciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona¹².

O modelo perseguido pela cidade do Rio de Janeiro, a partir do início dos anos 90, é o da gestão empresarial. Segundo este modelo, cada cidade deveria buscar seu potencial, tornar-se uma cidade competitiva e assumir um protagonismo econômico (Castells; Borja, 1996). A promoção da cidade no mercado internacional

11 Para uma ampla e detalhada revisão crítica dos conceitos e modelos aplicados em diversas escolas de planejamento estratégico empresarial, ver Mintzberg, 1994.

12 No grupo que neste trabalho designamos catalães destacam-se Manuel de Forn e, sobretudo, Jordi Borja, seja no exercício de consultoria, seja na produção de textos em que se difundem, junto com a experiência de Barcelona, as virtudes do novo modelo. Em certa medida, também integra o grupo Manuel Castells, que tem produzido vários trabalhos, inclusive um livro, em co-autoria com Jordi Borja.

envolve, ainda, a construção de uma ideologia identitária a fim de dotar os habitantes de “patriotismo cívico” e promover a cooperação social, fazendo-os crer que o único projeto para o futuro de cidade é aquele conduzido pelos agentes dominantes.

Hoje, portanto, tem sido estimulada a importação de modelos de planejamento territorial, que podem ser sintetizados no planejamento estratégico. Este envolvendo agentes privados, administração pública, atores políticos e segmentos da sociedade civil, objetivam alcançar o consenso em torno de projetos que possibilitem a inserção competitiva da cidade no processo de globalização econômica. Os projetos derivados deste tipo de planejamento fazem parte de um plano global de cidade, que orienta intervenções pontuais.

Nesse contexto, o modelo de gestão territorial implementado espacialmente, na cidade de Nova Iguaçu neste período, estava diretamente atrelado a uma lógica de parceria crescente entre as esferas estadual e municipal do poder público que, sob uma pretensa “união de esforços”, viabilizaram a reorganização espacial da cidade. Nesse processo, o espaço urbano aparece não apenas como consequência, mas também como condição fundamental para sua concretização. A ação conjunta e organizada dessas parcerias que promovem o “desenvolvimento local” da cidade denuncia a importância que o urbano adquire no circuito de acumulação e reprodução capitalistas.

O plano estratégico da cidade de Nova Iguaçu desenvolveu-se face à necessidade de projetar a cidade como pólo econômico regional no centro metropolitano do Rio de Janeiro e com o intuito de torná-la mais “atraente” e competitiva para seus investidores e para os agentes de gestão territorial que produzem e consomem esse espaço. Para isso, a transformação do centro de Nova Iguaçu numa infra-estrutura urbana e de serviços através da instalação de um shopping a céu aberto, requalifica a área central de Nova Iguaçu e lhe confere um caráter imediatista e de grande singularidade.

A adoção de um modelo de shopping a céu aberto não foi em si uma novidade, pois existem outras tentativas de requalificação ou de revitalização de centros comerciais, mas não podemos deixar de reconhecer que o citado empreendimento, além das parcerias público-privada, contou com a efetiva participação do empresariado ali estabelecido. Por outro lado, é contraditório pensar em marketing urbano em cidades como a de Nova Iguaçu, posto carregarem o estereótipo de pobreza, bastante comum às cidades que fazem parte da Baixada Fluminense.

Para Vainer (2000), o marketing urbano se impõe cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Segundo Borja & Forn (1996), “a mercadotecnia da cidade, vender a cidade, converteu-se [...] em uma das funções básicas dos governos locais...”. Talvez esta seja, hoje, uma das idéias mais populares entre os planejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda.

Uma das características mais marcantes na execução de programas vinculados ao planejamento estratégico das cidades, no mundo inteiro, tem sido a forte referência, no discurso e na prática, às transformações e mobilizações dos espaços e paisagens urbanas, como requisito à conquista de confiabilidade por parte dos investidores e, em consequência, à captura de vantagens e lucros. Esse é um traço que, nos tem chamado atenção, pois referenda a espetacularização emblemática dos espaços urbanos, evidenciando uma clara mudança na própria incorporação do espaço no planejamento urbano. Dessa forma, o governo local aparece como empreendedor, aglutinador e articulador de forças, já que o espaço local aparece fundamentalmente como legitimador pela sua ação empreendedora de busca por recursos.

Neste sentido, a modernização espacial, através de intervenções na paisagem urbana ou através de imagens construídas e/ou alteradas por processos

comunicacionais, se reveste de forte intenção estratégica, mobilizando a cultura em busca de novas sincronidades entre paisagem e imagem:

“Estes agentes modernizadores são responsáveis por uma crescente sincronidade entre paisagem e imagem, ou seja, pela produção especializada de uma imagética que seleciona e difunde ângulos da realidade urbana. Assim, as fragmentações da vida social e da materialidade são re-lidas por novos processos de comunicação que hiper expõe ou ocultam elementos significativos da paisagem urbana”. (RIBEIRO, 1999, p:06).

A modernização de espaços da cidade imediatamente conduz a uma modernização reciclada das imagens urbanas, com o poder de parecer atualizar a paisagem e a conquista de novos valores estratégicos. A efetiva atuação dos agentes sociais no processo de reforma urbana do centro comercial da cidade de Nova Iguaçu, que ocorreu na gestão municipal mencionada anteriormente, assume mais significados do que o de um conjunto de ações históricas orientadas para intervenções físicas em efeitos eminentemente estéticos na paisagem. A modernização espacial passa a ser definida como uma das expressões mais evidentes da ação estratégica que é capaz de a partir de intervenções na paisagem, protagonizarem grandes efeitos político-ideológicos sem, na verdade, produzir mudanças significativas. Em sentido amplo, este efeito, evidenciado na paisagem, tem uma razão instrumental que, em nome dos interesses específicos e hegemônicos, mobilizam motivações na captura de possibilidades econômicas.

O projeto de reurbanização do centro comercial foi organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil, através de um concurso nacional que teve a inscrição de trinta escritórios de arquitetura e de onde saiu o projeto vencedor. As obras de revitalização do centro tiveram início a partir de outubro de 2001 e sua conclusão definitiva em dezembro de 2004. É importante ressaltar que os recursos para a realização do concurso, de cerca de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), foram custeados pelos comerciantes da área. O projeto mesmo foi viabilizado inicialmente pelo poder público executivo municipal, sendo que em seguida foi conquistada a adesão de quatro concessionárias de prestação de serviços públicos: Telemar, CEG, Light e Cedae.

Os principais agentes locais envolvidos nesse processo de reurbanização do centro comercial foram entidades como: Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (ACINI); Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL); Sindicato do Comércio Varejista de Nova Iguaçu (SINCOVANI) e Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Mais: o próprio governo do estado do Rio de Janeiro, com a liberação de verbas para as obras nas áreas públicas e as concessionárias de serviço que, como no caso Telemar, Light e Ceg, mesmo já sendo empresas privadas, participaram de forma efetiva com os custos relativos às suas novas instalações.

A área central da cidade de Nova Iguaçu possui uma considerável vitalidade econômica, sendo um dos centros de comércio e prestação de serviços mais importantes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Este fato acrescentou mais um fator de singularidade ao “Projeto Shopping à Céu Aberto” à medida que não desenvolveu uma proposta de recuperação ou de reurbanização de uma área degradada ou estagnada.

Portanto, o conjunto de transformações urbanas promovidas pelos principais agentes sociais, com destaque e apoio do governo local, muda significativamente a morfologia da área, tornando-a nova fonte de investimento imobiliário, que vem na esteira do processo de valorização do solo urbano trazido pela alocação de infra-estrutura, reforma dos prédios, fachadas, embelezamento do centro, assim como atuação estratégica pontual. Portanto, o desenvolvimento local não pode ser entendido apenas como resultado de condicionamento de ordem econômica, mas também de iniciativas e decisões de natureza política que nunca são neutras.

Para Natal (2005, p:125), municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Queimados já possuíam importante estrutura econômico-produtiva industrial, atraindo assim inúmeras empresas para seus territórios nos últimos anos (e não apenas indústrias).

[...] “as políticas públicas neles cumpriram importante papel, incluindo desde a oferta de infra-estrutura adequada “apoios” de natureza fiscal. Adicione-se que eles também foram e são favorecidos por causa de suas localizações, principalmente os dois primeiros, na medida em que estão situados em espaços articulados por rodovias às duas principais economias do país, excluindo-se a fluminense, quais sejam a paulista e a mineira”. (NATAL, 2005, p:126).

Constata-se que a política neoliberal adotada nos últimos anos e as estratégias nela inspiradas teve conseqüências perversas, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais na metrópole do Rio de Janeiro. Assim, diferentes mecanismos políticos e de ordenamento do espaço urbano, contribuem para agravar o isolamento social e o não acesso dos pobres às oportunidades oferecidas pela cidade.

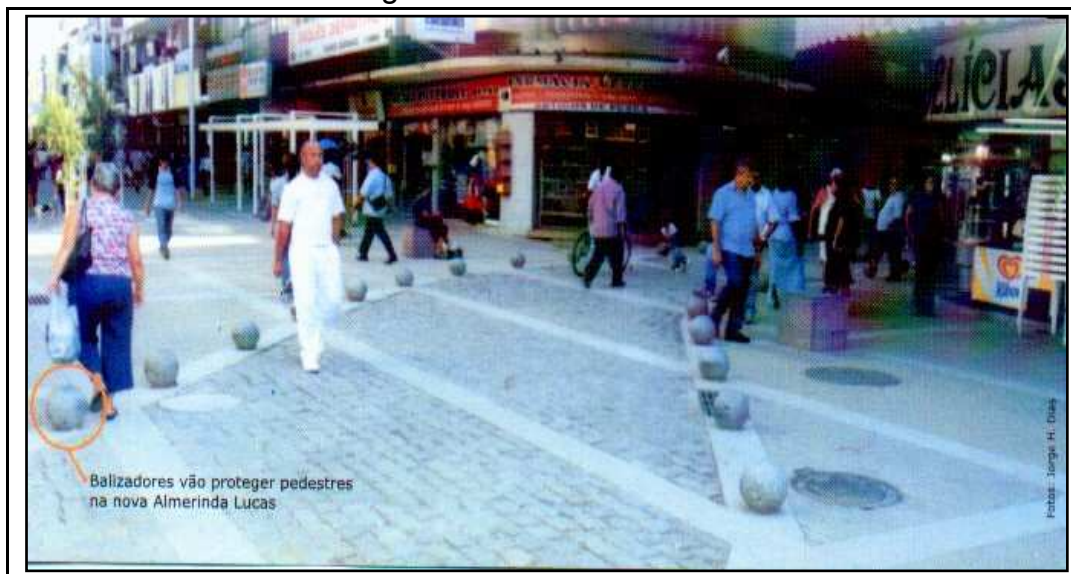
Na cidade de Nova Iguaçu, o choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações que ocorrem na cidade, na qual os lugares vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo com uma nova lógica, aprofundando as contradições existentes no espaço urbano capitalista. A exemplo da reforma urbana que ocorreu na cidade, os lojistas receberam uma cartilha de orientação de como se adequar ao novo padrão (inclusive de fachadas), imposto pelo governo local. Dessa forma, aqueles que não conseguissem se adequar a tais regras seriam excluídos desse processo de modernização urbana, como mostra a Figura 8.

Figura 8 – Comerciantes devem se adequar ao novo padrão



Distribuída cartilha com normas para orientação dos lojistas

Figura 9 – Reforma urbana



Avenida Nilo Peçanha

Fonte: Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 2003.

De fato, podemos observar na Figura 9 a diferenciação do espaço, reflexo da política adotada pelo próprio município, que ao reformar todas as fachadas, instalações comerciais e ruas, realizou-as de maneira impositiva já que estabeleceu um novo padrão de princípios e normas que podemos conferir na própria cartilha distribuída aos lojistas. Esse processo se revela como metamorfose da morfologia da cidade, na medida em que aparece como uma sobreposição de formas, que ora transformam ora revelam novas formas, modificando assim os espaços e interferindo não apenas em suas formas, como em suas funções e seus usos.

Esse conjunto de infra-estrutura construído no centro comercial muda significativamente a morfologia da área, tornando-a nova fonte de investimento imobiliário, dentro de um processo de valorização do solo urbano. Por outro lado, esse mesmo conjunto aprofunda a segregação no espaço a partir da destruição da morfologia da cidade, que ameaça, desapropria ou até expulsa aqueles que não tenham as mesmas condições de se adequar aos novos padrões estabelecidos.

No caso da cidade de Nova Iguaçu, o governo local promoveu a modernização espacial preferencialmente no centro comercial, lugar de maior

retorno ao capital investido com infra-estrutura adequada às novas exigências de fluidez do dinheiro e da informação. Mas se de um lado ocorreram tais intervenções urbanas de caráter extremamente pontual, de outro temos a ampliação das desigualdades sociais já existentes.

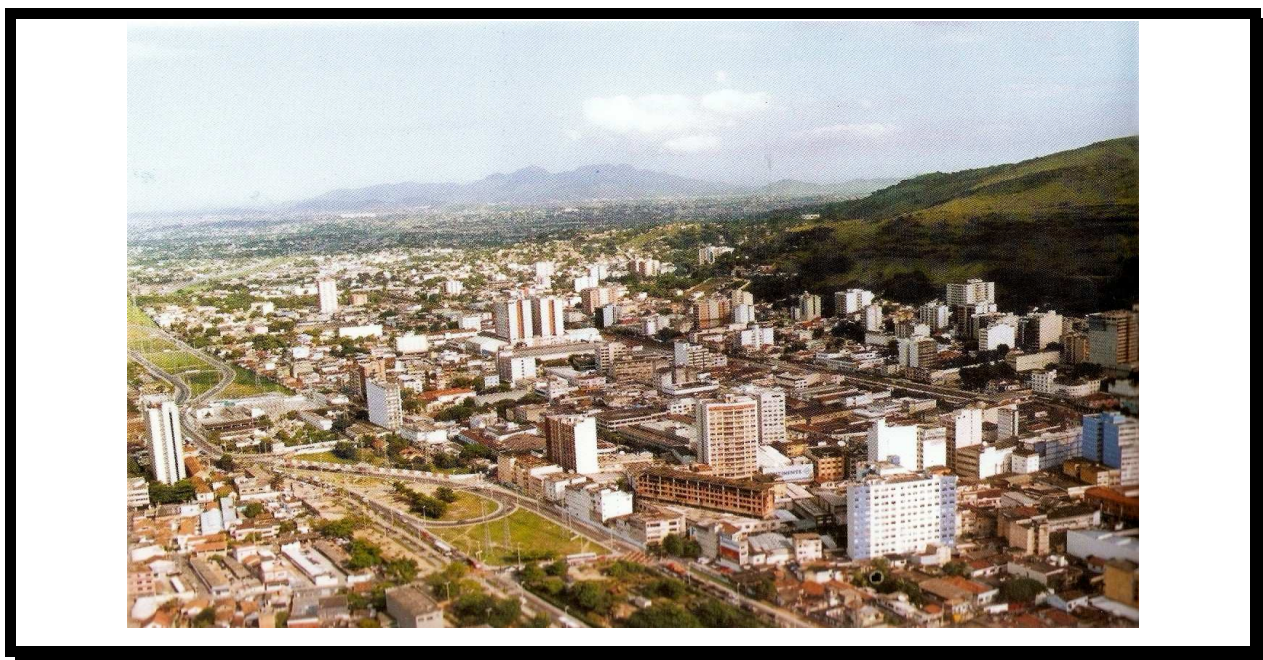
Segundo Sánchez (2001:164), os novos lugares, espaços produzidos através das festejadas parcerias público-privadas, produzem novas seletividades e afastamentos sociais. São os chamados "espaços gentrificados"¹³. Entretanto, os conflitos sociais gerados pela reforma urbana e as questões trazidas por qualquer movimento de resistência são rapidamente minimizados e esvaziados de seu conteúdo político na linguagem oficial sobre a cidade.

Para Sánchez (2001), os projetos urbanos que caracterizam as intervenções atuais são, para seus autores, "atuações estratégicas de escala variável". O importante, segundo o discurso que as sustenta, é que motivam dinâmicas transformadoras, alavancas para o desenvolvimento, ainda que os espaços que deles resultem reiterem a fragmentação social. A análise dessas estratégias permite avaliar os impactos socioeconômicos e a materialização dessas estratégias no espaço, no ambiente construído, que resultam em alterações do conteúdo e do significado desses espaços.

As imagens produzidas na cidade de Nova Iguaçu, além de cristalizar usos, reforçam a tendência ao consumo de serviços, eventos recreativos e circuitos culturais e de lazer. A experiência da cidade, tanto para visitantes quanto para os próprios cidadãos, é mediada pelo consumo dessas imagens. As imagens, já consagradas, são recriadas e incorporam novos conteúdos.

¹³ O processo dito de "gentrificação" designa as práticas de reapropriação de espaços pelo mercado através de operações urbanas que lhes conferem novo valor econômico e simbólico, geralmente orientando-os para consumo das camadas médias. Apresentados, para fins mercadológicos, como espaços "revitalizados", neles, porém, a população original vivencia a "revitalização" como mecanismo gerador de expulsão e segregação social. Ver Smith, Neil. *The New Urban Frontier: gentrification and the revanchist city*. London: Routledge, 1996.

A city marketing "vende" a cidade toda, apresentada na forma de produto. A identificação desse movimento em direção à cidade-mercadoria explica a possibilidade de coincidência de imagens e construções discursivas provenientes de cidades profundamente diferentes. De fato, muitos governos locais, a exemplo de Nova Iguaçu, através de suas políticas urbanas, fazem uso dos mesmos instrumentos para apresentar ao mundo seus modelos de cidade, para "vender" a cidade. Como podemos observar na figura a seguir: Figura 10 - Da cidade à City marketing: o espaço como mercadoria



Fonte: Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu, 2001.

As diferenças espaciais podem ser claramente percebidas nesta figura se a compararmos com a Figura 1 (pág.21) do Capítulo I, onde mostra a cidade de Nova Iguaçu já consolidada em seu processo de ocupação, que contribuiu para a atual estruturação do espaço, com a verticalização da área central da cidade em detrimento da periferização que ocorre nas demais áreas do município.

Ainda observamos na Figura que a imagem publicitária vende a cidade como se fosse um produto, uma mercadoria. De fato, sabemos que os governos municipais estão cada vez mais preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária. E como mesmo aponta Sánchez (2001), seus governantes assemelham-se à figura do caixeiro viajante, abrindo catálogos de venda de seu produto-cidade.

Como conseqüência, a reforma urbana do centro comercial se inscreve em um conjunto de estratégias, com orientação significativa, que converge para o aprofundamento da segregação no espaço a partir da destruição da morfologia da cidade, que ameaça transformar a vida urbana, isso porque as transformações/renovações ocorrem no espaço da cidade e se inscrevem na prática social. Não é por acaso que se realiza por meio do poder político do Estado que intervém de forma direta ou indireta, assegurando a reprodução das relações de produção no espaço. Na realidade, tanto o poder político local na forma da prefeitura, quanto os empresários, por suas estratégias espaciais, conduzem a segregação dos espaços. Assim, cada projeto de renovação urbana coloca em questão as estruturas existentes na sociedade, as relações imediatas (individuais) e cotidianas.

As transformações na cidade de Nova Iguaçu, produto de renovações urbanas, não a atingem integralmente, nem uniformemente, pois se tratam de intervenções pontuais. Todavia, apesar de se realizarem de modo fragmentário, cada uma dessas intervenções ocorridas no centro comercial se encontram articuladas com uma espacialidade mais ampla, aquela que diz respeito ao movimento da reprodução do espaço na metrópole, e que só tem sentido nessa dimensão. Por sua vez, as articulações entre as frações do capital e as políticas de gestão do espaço interferem de modo decisivo nos usos e funções dos lugares e, nesse sentido, transformam o plano da prática espacial por meio da intervenção na vida cotidiana.

Dessa forma, aponta uma tendência no processo de reprodução do espaço, aquilo que Henri Lefebvre (1994) identifica como a vitória do valor de troca sobre o valor de uso. Tal fato significa que a reprodução espacial se realiza, realizando o espaço como mercadoria que se compra e vende que, ao se

generalizar, revela o profundo processo de mercantilização do espaço que se reproduz hoje no contexto de um processo que se revela, também, como valorização do espaço.

2.3 Bairro-Escola: à esquerda se (re)apropria da experiência paulista

Partimos, então, para a análise da segunda experiência administrativa da cidade de Nova Iguaçu, cuja gestão municipal atual é liderada pelo petista Lindberg Farias, que tomou posse em janeiro de 2005, após uma acirrada campanha eleitoral sobre o peemedebista Mário Marques, em 2004.

A decisão do PT, de lançar a candidatura de Lindberg Farias a prefeito de Nova Iguaçu, em 2004, com o objetivo de ganhar terreno na Baixada Fluminense, transformou a cidade em cenário de uma das maiores rivalidades política do estado, com petistas de um lado e o PMDB do outro. Embora reste ainda pouco mais de um ano para a próxima eleição, a disputa pela prefeitura já começou. Lindberg, que tentará a reeleição, e o ex-prefeito e atual deputado federal Nelson Bornier (PMDB), dão sinais de que mais uma vez irão protagonizar uma campanha ainda mais dura do que a de 2004. Tendo em vista que o atual prefeito contará mais uma vez com a participação intensa do presidente Lula na campanha e a neutralidade do governador Sérgio Cabral.

A gestão anterior de Nelson Bornier tinha como um dos principais objetivos, desenvolver Nova Iguaçu como centro metropolitano comercial, logístico-industrial e de lazer da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para isso selecionou as pessoas com quem estabeleceria diálogo; já Lindberg Farias adotou, como modo de governar a cidade, a negociação e a participação das organizações políticas e sociais. O primeiro exerceu o comando da cidade sem opositores explícitos, repudiou o jogo político e a manifestação de interesses diversos, e escolheu os detentores do saber urbanístico para serem os interlocutores exclusivos nas decisões sobre as necessidades da cidade, ganhando visibilidade política, sobretudo entre as classes mais altas da cidade, devido ao seu maior poder de

atuação estratégica e pontual. O segundo confirmou seu compromisso com a cidade e a sua população, em especial com os segmentos pobres, revelando uma sensibilidade social e imprimindo um novo segmento aos atos de governar – da periferia ao centro. Para isso, suas atenções priorizaram as áreas educacional e cultural, bem como o programa Bairro-Escola, que visa integrar políticas urbanas em torno da educação.

O Bairro-Escola vem sendo desenvolvido pela Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, constituindo programa estratégico da atual gestão de governo. Trata-se, portanto, de uma experiência empírica e ainda em construção, cujas ações vêm se desenhando a cada dia. Sendo assim, pretende-se aqui discutir não um método, mas sim um conceito, cuja maior contribuição está na tentativa de estabelecer uma nova lógica de intervenção urbana, buscando integrar as diversas políticas públicas e representações sociais.

A formulação original do Bairro-Escola nasceu de uma experiência realizada em São Paulo, a partir de 1997, pela ONG Cidade Escola Aprendiz, a qual lançou uma primeira versão do programa ao implementar um trabalho que articulava escola a outros pólos culturais do bairro. Tal influência demonstra que a proposta em nada se distingue do programa implementado em São Paulo, embora o discurso que a sustenta queira vendê-la como um produto inédito e inovador. A seguir verificaremos o programa segundo o discurso oficial de governo, na atual gestão que o implementou.

Do ponto de vista conceitual, uma das principais contribuições para a formulação do Programa é o princípio das Cidades Educadoras, proposta instituída a partir de um movimento iniciado em 1990, em Barcelona, por ocasião do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras. A idéia central introduzida por este conceito está em considerar a própria cidade – em seu uso e evolução - como principal instrumento de formação de sua população, atribuindo ao espaço urbano funções educativas.

Dentre as principais diretrizes expressas na Carta das Cidades Educadoras estão princípios relativos à igualdade de acesso à formação, respeito à diversidade e combate à exclusão por qualquer forma de discriminação, ficando estabelecidas ainda todas as competências dos poderes públicos municipais interessados em fazer de sua cidade uma Cidade Educadora. Assim, o conceito de Cidade Educadora tem origem numa proposta de planejamento urbano de caráter liberal, sendo curioso notar como a esquerda se apropria desse discurso, exportando-o para a realidade brasileira, que é totalmente distinta de seus países de origem.

São vários os exemplos e as experiências contemporâneas em que as intervenções se reproduziram, invariavelmente, através de modificações na composição e atributos estéticos dos lugares, "variações em torno de um mesmo modelo" (ARANTES 2000, p:48). Assim, todas as ações governamentais da Prefeitura são articuladas tendo a escola como local privilegiado de integração das intervenções urbanas, a partir do qual se desencadeará toda uma rede de agentes e espaços que pretende transformar o bairro em uma grande escola.

A política educacional passa a integrar-se às demais políticas públicas, em seus princípios e em suas ações. Não há mais uma política educacional escolar exclusivamente, mas uma política educadora para toda a cidade, política esta que determina as principais diretrizes dos programas de obras, transportes, desenvolvimento social; enfim, de todas as políticas a serem implementadas pelo governo.

Pensando no educando, no seu trajeto de casa para a escola, da escola para os vários espaços que complementarão o espaço escolar no processo de aprendizagem é que a administração se propõe a pensar a segurança (iluminação, sinalização, agentes de trânsito, guarda municipal, programas de prevenção e atendimento à população em vulnerabilidade), a mobilidade (calçadas, travessias, ciclovias, transporte, trânsito, eixos de circulação), as reformas e adequações dos equipamentos a serem utilizados (não só a escola, mas também os

espaços parceiros). Em suma, toda a intervenção urbana e social a ser realizada na cidade deverá basear-se na perspectiva de produção do espaço urbano enquanto instrumento pedagógico.

Segundo Sánchez (2001), a construção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada às representações e idéias. Trata-se, portanto, de uma construção social, subordinada à visão de mundo daqueles que, ao se imporem como atores dominantes nos processos de produção do espaço, também ocupam posição privilegiada para dar conteúdo ao discurso sobre o espaço.

Com isso, a cidade passa a ser encarada como uma grande rede educadora, agora composta não mais pela soma fragmentada dos edifícios escolares escondidos atrás de altos muros, mas de todo um conjunto de lugares pedagógicos formados pelas ruas, calçadas, casas, praças, campos de futebol ou terrenos baldios, articulados em torno do espaço escolar. O bairro deixa de ser apenas um território de convivência social e passa a ganhar uma dimensão cultural e educativa, introduzindo novos conceitos e valores.

Pensar o espaço urbano enquanto rede de possibilidades educadoras implica ainda em reconceituar a cidade, entendida como um território de múltiplas histórias e culturas, e, por isso, incontáveis possibilidades educativas. Implicam também em assumir conjuntamente, todos os atores sociais (governos, associações, empresariado, movimentos sociais, sindicatos, universidades, etc.), tarefas educativas no sentido de mapear demandas e possibilidades formativas, para oferecer e construir com a população caminhos para encarar os atuais problemas. Com isso, acredita-se que todo cidadão venha a ocupar espaços reais e simbólicos em um movimento cultural e pedagógico que permitam a todos, na qualidade de educadores em potencial, participar da construção de olhares e fazeres sobre o território da escola, do bairro, da cidade.

Eixos Estruturantes:

O Bairro-Escola considera que a cidade deva ser planejada a partir das pessoas e relações socioespaciais que nela se desenvolvem, respeitando a história e a cultura de cada local. Desta forma, propõe que cada região resgate sua identidade a partir do contexto sociocultural e ambiental em que está inserida, garantindo a unicidade do projeto em relação aos princípios que orientam seu funcionamento, assim definidos pelo Manual Gestão do Bairro-Escola:

- Garantia dos direitos constitucionais de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos: educação, lazer, cultura e esporte;
- Fortalecimento de uma política pública regionalizada, no contexto da descentralização da gestão municipal, articulada nos vários setores da administração pública e da sociedade civil, no atendimento às necessidades das crianças, jovens, adultos e idosos da localidade;
- Constituição de uma Rede de Proteção Social e de educação permanente, articulando o poder público e as organizações da sociedade civil na área de abrangência;
- Oferta de educação com qualidade social que pressupõe a conjugação de diferentes espaços de aprendizagem e de gestão democrática;
- Constituição de pólo de desenvolvimento humano e social da comunidade na qual está inserido como projeto de educação popular inclusiva e, portanto, para uma Cidade Educadora;
- Re-qualificação urbanística fortalecendo as centralidades e as pré-existências, articulando os espaços educacionais e facilitando o deslocamento na cidade.

Segundo o discurso que o sustenta, Bairro-Escola não pretende ser um método. Pretende sim se constituir em um espaço de reflexão, estudo e construção conjunta de conhecimento, capaz de abrigar e difundir as mais diversas experiências, assim como os diferentes grupos, segmentos e movimentos sociais. As políticas públicas implementadas devem priorizar as demandas provenientes dos movimentos organizados, respeitando os interesses que emergem da comunidade e são específicos para cada localidade.

O Programa evita definir ações específicas, considerando como princípio fundamental à consideração do contexto local. As ações podem e devem apresentar-se numa diversidade de formas, adaptando-se às demandas específicas de cada lugar. Sendo assim, o Programa limita-se à estruturação de três eixos principais:

- Educação Integral;
- Defesa dos Direitos Humanos e Redução da Violência Infanto-Juvenil;
- Requalificação Urbana.

O primeiro eixo, a Educação Integral, talvez seja o mais importante dos três, uma vez que é ele que virá, de forma mais clara, a alterar a rotina diária do bairro. O objetivo é proporcionar uma formação sólida e integral a todas às crianças e adolescentes do município, associando o corpo, a mente e a vida social, produzindo uma nova geração de sujeitos ativos e participantes que aprendem com mais autonomia, sabem tomar decisões, buscam uma melhor qualidade de vida e constroem relações afetivas saudáveis.

Para tanto, o próprio currículo deve ser visto de maneira integrada e com foco na promoção da cidadania participativa. Isso implica na disponibilização de diferentes fontes de informação (incluindo a tecnologia digital), o uso de diferentes linguagens de expressão e o acesso aos diversos campos da arte e da ciência. Por isso, o Bairro-Escola amplia a jornada escolar para horário integral, complementando o turno regular com oficinas culturais, esportivas e atividades de aprendizagem em geral, as quais podem acontecer não só dentro dos edifícios, mas

também durante o próprio trajeto da escola a esses lugares, assim como nos mais diversos locais do bairro, envolvendo inclusive membros da comunidade como agentes educadores.

Tal processo funciona como uma leitura de mundo diária, que faz do bairro um grande laboratório, onde os conteúdos trabalhados pelo professor em sala de aula ganham sentido para o aluno, uma vez que promove o encontro entre o aprender e o viver o que se aprende. Entretanto, o sucesso desse trabalho depende, antes de tudo, da garantia de condições de vida dignas a esses educandos, a partir do que se define o eixo Defesa dos Direitos Humanos e Redução da Violência Infanto-Juvenil. A Baixada Fluminense continua sendo uma das regiões mais violentas do país, situação que pode ser ilustrada pela chacina ocorrida em 2005 nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados.

Visando reverter tal quadro, o Bairro-Escola remete especial atenção ao trabalho com a juventude, segmento não contemplado diretamente pelo programa, uma vez que o ensino médio é responsabilidade do governo estadual. A idéia é valorizar esse público como agente fundamental de transformação social, buscando reconhecer suas singularidades e potencialidades. Isso se dá a partir da articulação das ações já desenvolvidas com os grupos juvenis de maior vulnerabilidade social do município, por meio de uma série de programas federais e municipais voltados para a Juventude.

Segundo os autores desse programa, o eixo Requalificação Urbana busca promover condições urbanas adequadas à cidade, propondo que todas as ações urbanísticas tragam uma preocupação pedagógica, transformando os espaços da cidade em ambientes educativos, ou seja, transformando o município em uma “cidade educadora”.

Em oposição aos princípios funcionalistas propostos pela teoria urbanística moderna, na qual se norteia a maior parte dos projetos urbanísticos das cidades brasileiras, as intervenções urbanas do Bairro-Escola pretendem ter como

preocupação central às pessoas que vivem e trabalham nos bairros, considerando sua história, sua cultura, seus trajetos, hábitos e rotinas, sua realidade e seus sonhos. Assim como a maneira como as pessoas ocupam -ou não ocupam -hoje os espaços públicos e privados do seu bairro, da sua cidade.

Nesse sentido, a proposta central do programa considera, de um lado, o reconhecimento da vitalidade dos principais bairros e, de outro, a evidência da precariedade da interligação entre eles. Para tanto, as ações se baseiam em duas medidas estratégicas, sendo elas:

(1) o reconhecimento das pré-existências ambientais e culturais, com a requalificação urbanística das centralidades localizadas nos bairros;

(2) o reforço da articulação urbanística, por meio da melhora dos eixos viários estruturantes do tecido urbano.

É nesta perspectiva, segundo a proposta do poder público municipal, que os espaços do bairro serão tratados, considerando-se os aspectos ambientais (culturais, históricos, geográficos, sociais, econômicos) do território e, acima de tudo, seu potencial relacional e pedagógico, articulando todas as ações urbanas a uma política central, de caráter educador. Estas ações e intervenções fazem parte do Projeto Educativo do Território, que deve estar intimamente articulado ao Projeto Pedagógico das escolas do entorno. Dessa forma, pretende-se que a rede estrutural urbana do entorno das escolas se constitua numa grande rede educadora.

Sendo assim, de acordo com o Manual de Gestão do Bairro-Escola, o Programa de Estruturação Urbanística foi elaborado a partir de um quadro conceitual formado por três conceitos de teor político-urbanístico que têm como objetivo a democratização da cidade, a saber:

- Princípio da Urbanicidade: objetiva a valorização do espaço urbano como lugar de encontro entre as pessoas, das trocas sociais, do qualitativo, do heterogêneo, de uma cidade construída para comportar as diferenças; lugar que

representa o passado, a história da cidade e que deverá representar também seu presente e futuro;

- Princípio da Cidade Compartilhada: busca o direito individual de acesso à cidade como um todo, direito este que deve ser alcançado coletivamente, na medida em que se entende a construção da cidade como própria do coletivo. Sendo assim, a sociedade e os governos que a representam devem assumir este papel;

- Princípio da Contigüidade: remete à necessidade do respeito às pré-existências da cidade. As ambiências e usos que foram produzidos pelo coletivo ou mesmo individualmente ao longo do tempo devem ser levados em conta no desenvolvimento cidade. Seja através da morfologia e desenho, seja, pelo que a cidade tem de intangível, um sentimento de todo, de pertencimento que emociona quem vive nela.

Para tanto, o Bairro-Escola trabalha com planos setoriais, os quais determinam as diretrizes gerais para os projetos urbanos no município, procurando garantir que todas as ações estejam articuladas e preocupadas em ressaltar a função educativa do espaço urbano. Tais planos abrangem seis áreas específicas, sendo elas:

- Espaço público e equipamentos sociais;
- Acessibilidade;
- Comunicação Visual;
- Iluminação;
- Arborização, vegetação urbana e reflorestamento;
- Arte Pública

O Bairro-Escola considera a participação da população como uma de suas premissas básicas, devendo estar presente desde a concepção das intervenções até a implementação das ações e sua gestão. Por tratar-se de uma iniciativa governamental, a apropriação do programa pela comunidade ganha

especial valor, consistindo em ferramenta fundamental para garantir seu sucesso e continuidade, evitando sua substituição por outras políticas públicas. Para tanto, o Bairro-Escola institui um sistema de gestão democrático e participativo, organizado em três níveis distintos, partindo do âmbito da escola, passando pelo bairro e chegando à esfera da cidade.

O primeiro deles consiste no Conselho da Escola, instância deliberativa que atua no âmbito da comunidade escolar, o que significa reunir representantes de alunos, professores, pais e funcionários, garantindo a diversidade de gênero, faixas etárias e funções. A segunda esfera de gestão consiste no Conselho do Bairro-Escola, que atua na escala do bairro, envolvendo não só os coordenadores do Programa de cada escola da região, mas também representantes dos diversos setores da sociedade. Finalmente, o terceiro momento ocorre no âmbito do Conselho da Cidade, onde são avaliadas não só ações específicas do Bairro-Escola, mas as políticas de governo como um todo.

Portanto, percebe-se claramente que o projeto educacional implementado no município, denominado Bairro-Escola, além de ser cópia do programa implementado em São Paulo, pelo governo de Marta Suplicy, busca articular projetos culturais, esportivos e de formação profissional com atividades práticas e extra-classe.

Embora, esse programa seja a espinha dorsal que alavanca a prefeitura atual, existem outros planos de reforma que fazem parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal, mas que também será implementado na Baixada Fluminense e beneficiará seis cidades da região, a exemplo da cidade em estudo, cujo projeto prevê a remodelação da estação ferroviária da cidade, obras de drenagem, saneamento, pavimentação e construção de casas populares.

Segundo o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães em entrevista ao jornal “O Dia” 14 , Nova Iguaçu é a cidade da Baixada que receberá o maior montante do PAC: R\$ 361,3 milhões, sendo R\$ 34,6 milhões de contrapartida da prefeitura. O projeto foi dividido em oito lotes, contemplando 54 bairros, como Centro, Prata, Santa Eugênia, Cobrex, Viga, Palhada, Geneciano, Valverde, Posse e Jardim Laranjeiras, entre outros. Tais obras estão previstas para agosto desse mesmo ano (2007).

Desta maneira, é possível perceber que o PAC fará parte do Plano de “Reforma Urbana” da gestão atual, assim como o do Orçamento Geral da União (OGU) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo o mesmo arquiteto, os investimentos totais aplicados em Nova Iguaçu serão mais de R\$ 500 milhões.

Na realidade, não se pode menosprezar o papel das políticas públicas no processo de reprodução e conseqüente valorização do espaço, na medida em que ela orienta, define e executa obras de infra-estrutura, intervindo no “jogo de mercado” com seus mecanismos de valorização diferenciada do solo urbano. Esse processo cria o acirramento das contradições inerentes à reprodução do espaço, que assume, no capitalismo, feição especial, impondo aos cidadãos uma nova racionalidade, que, eventualmente, se expressa em violentas lutas pelo direito à cidade.

3. ESPAÇO COMO CONDIÇÃO/PRODUTO DA ACUMULAÇÃO

3.1 A reprodução dos lugares

De acordo com Carlos (2001), a análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos

14 Jornal “O Dia” (domingo, 22 de julho de 2007).

diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital, da realização da vida humana. Assim, se o espaço corresponde a uma realidade global, revelando-se no plano do abstrato, e diz respeito ao plano do conhecimento, sua produção social, a prática sócioespacial, liga-se ao plano do concreto, a materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares.

Ainda a mesma autora: ela enfatiza que esta é a dimensão da produção/reprodução do espaço, o passível de ser vista, percebida, sentida, vivida, o homem se apropria do mundo como apropriação do espaço, nesse sentido, o espaço contempla dupla dimensão: de um lado ele, é localização; de outro, encerra, em sua natureza, um conteúdo social, dado pelas relações sociais que se realizam em um espaço-tempo determinado aquele de sua reprodução na sociedade. É dessa forma que se desloca o enfoque da localização das atividades no espaço para a análise do conteúdo da prática sócioespacial, movimento de produção/apropriação/reprodução.

Como aponta Lefebvre (1994), as relações sociais possuem existência real e espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando. As relações sociais ocorrem em um lugar determinado, sem o qual não se concretizariam, em um tempo determinado que marcasse a duração da ação. É assim que espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação. A ação que se volta para o fim de concretizar, ou melhor, viabilizar a existência humana realizar-se-ia como processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo.

Isto é, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, e estas fogem – apesar de englobá-lo – ao mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos e mercadorias, isto porque a produção da vida não envolve apenas a reprodução de

bens para a satisfação das necessidades materiais: é também a produção da humanidade do homem.

Assim, o plano da produção articula a produção voltada para o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da produção da vida e de suas possibilidades, em sentido mais amplo e profundo. Refere-se a modos de apropriação que constroem o ser humano e criam a identidade que se realiza pela mediação do outro (sujeito da relação).

Para Lefebvre (1994), a noção de produção se vincula à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e como é por ela determinado. Aponta, por sua vez, para a reprodução, e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe apenas ao plano econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade. Portanto, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais lato sensu, em determinado tempo e lugar.

Termo amplo, que envolve a produção e suas relações mais abrangentes, o que significa, neste contexto, considerar o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia deixar de incorporá-lo) para estender-se ao plano do habitar, do lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade.

Nessa direção, a noção de reprodução desvenda como perspectiva a realidade urbana em constituição, analisa a vida cotidiana como lugar da reprodução em sentido amplo. É nesse plano que se pode apreender uma tendência: a instauração do cotidiano como elemento constitutivo da reprodução do mundo moderno na metrópole. Essa tendência vai-se estabelecendo por meio do conflito entre a imposição de novos modelos culturais e de comportamento, agora imbricados ao mundo como mercadoria estabelecida no plano mundial, e pelas

especificidades da vida no lugar com a persistência de antigas relações. (Carlos 2001).

No caso de Nova Iguaçu, as novas condições de existência se realizam desigualmente pela criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana que transforma radicalmente a sociabilidade, empobrecendo-a à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo torna-ser acelerado em função do desenvolvimento da técnica, ele requer a construção de novos espaços que, por sua vez, redefinem as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, reconfigurando a prática sócioespacial.

Assim, a gestação da sociedade urbana determina novos padrões que se impõem de fora para dentro, pelo poder da constituição da sociedade de consumo (assentada em modelos de comportamento e valores que se pretendem universais que ajuda a impor os padrões e parâmetros para a vida, pela rede de comunicação que aproxima os homens e os lugares), em um espaço-tempo diferenciado e desigual.

De acordo com Carlos (2001), no plano da reprodução de mercadorias, o processo envolve o reprodutível e o repetitivo, referindo-se diretamente à atividade produtiva (bens materiais e imateriais) que se realizam coisas no espaço (criando as condições para a realização das atividades), ao mesmo tempo em que produz o espaço como mercadoria.

Nesse nível, a cidade é condição geral da produção, o que impõe determinada configuração espacial que aparece como justaposição de unidades produtivas, formando uma cadeia (em função da articulação e das necessidades do processo produtivo, por meio da correlação entre os capitais individuais e a circulação geral) que integra os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado, além da mão-de-obra. Esse desenvolvimento, por sua vez, tem potencializado a aglomeração como exigência técnica decorrente

ora do gigantismo das unidades produtivas, ora da constituição de unidades complexas, pela formação do capital financeiro, que comanda as operações e pelo processo crescente de internacionalização do capital e mundialização das trocas.

Para Sánchez (2001, p:162), este processo de produção do espaço social é simultaneamente objetivo e subjetivo. Como parte da nova racionalidade do capitalismo, com o fim de potencializar a eficiência econômica, são introduzidas formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural (BOURDIE, 1998). Assim, o espaço toma forma se apresentando e representando, produzindo discursos e imagens adequadas, evidenciando a importância e a força simbólica do discurso dominante, fazendo valer novas leituras, novas interpretações, novos cenários para o futuro.

Segundo Damiani (2003), a cidade se reproduz, continuamente, como condição geral do processo de valorização gerado no capitalismo no sentido de viabilizar os processos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo e, com isso, permitir que o ciclo do capital se desenvolva e possibilite a continuidade da produção, logo, sua reprodução.

Para Carlos (2001), há dois aspectos interdependentes do crescimento capitalista que estão na base da análise da aglomeração espacial: a necessidade de reprodução ampliada do capital e a crescente especialização decorrente do aprofundamento da divisão social, técnica e espacial do trabalho, que exige novas condições espaciais para sua realização. Por outro lado, as mudanças no processo produtivo redimensionam o tamanho e a localização das fábricas, separam espacialmente o processo produtivo do escritório central e transformam a divisão do trabalho na fábrica, gerando nova divisão do trabalho pelo processo de desintegração horizontal.

A mesma autora, acredita haver uma lógica que tende a se impor como ordem estabelecida; seria ela que define o modo como a cidade vai se reproduzindo a partir da reprodução, realizada pela ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e da gestão política, às vezes de modo conflitante,

em outros momentos de forma convergente (como é o caso analisado neste trabalho); mas, em todos os casos, orientando e reorganizando o processo de reprodução espacial por meio da realização da divisão sócioespacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado.

Para Lefebvre (1994), a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento do processo de reprodução espacial. Isto porque, em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma de mercadoria, servindo às necessidades da acumulação por meio das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares, que também reproduzem sob a lei do reprodutível, a partir das estratégias da reprodução em determinado momento da história do capitalismo.

A espacialidade das relações sociais lê-se no plano da vida cotidiana, e a partir dela, articulada e redefinida no plano da reprodução das relações sociais, se compreende a multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução da metrópole em seus mais variados aspectos e sentidos, iluminando a prática espacial, o modo como as pessoas se apropriam do espaço organizado pelas técnicas, por modelos socioculturais, dominado pelo Estado, fragmentado pelos empreendedores imobiliários. Isto porque as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo determinado emprego de tempo que se revela como modo de uso do espaço.

Como afirma Damiani (2003), essa é uma característica da vida humana, além de condição da reprodução que se realiza, envolvendo dois planos: o individual (que se revela, em sua plenitude, no ato de habitar) e o coletivo (plano da realização da sociedade). A relação espaço e tempo se explicam, portanto, como prática sócioespacial no plano da vida cotidiana, realizando-se à maneira de modos de apropriação (o que envolve espaço e tempo determinados).

De acordo com a mesma autora, no plano local, os modos possíveis de apropriação se realizam nos limites e interstícios da propriedade privada do solo urbano, que não apenas se efetiva pelo acesso à moradia (definido e submetido pelo mercado do solo), mas que determina, orienta também outras formas de uso (áreas de lazer, por exemplo), definindo os termos do uso do espaço público.

A apropriação do espaço para a vida, que se vai transformando em função das estratégias do poder e do capital no espaço, modifica a vida da metrópole, aparecendo pela imposição de um novo modo de apropriação do espaço, bem como novos modos de agir, sentir e perceber. Primeiramente o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa. Mas pensar a casa envolve outras dimensões espaciais: a rua, depois o bairro, pois eles criam o primeiro quadro de articulação espacial, no qual se apóia a vida cotidiana. É importante considerar que as formas que a sociedade produz guardam uma história, na medida em que o tempo implica duração e continuidade.

Para Carlos (2001), passado e futuro, memória e utopia estão contidos no presente da cidade: a primeira como virtualidades realizadas; a segunda como possibilidades que se vislumbram, compondo o presente e dando conteúdo ao futuro. Nesse sentido, as transformações na cidade, atravessam a produção e aparece também como memória, referências, tempo de uso. Aqui se estabelece o primado do uso sobre a troca. Nesse caso, a imposição do valor de troca sobre o uso relativiza-se.

É nesse sentido que ao uso produtivo – a cidade pensada dentro dos estritos limites da produção econômica, enquanto condição da produção – se impõe o uso improdutivo do espaço centrado na vida cotidiana. Nesse sentido, o habitar pode ser definido como ato social, atividade prática, que transcende o plano do individual. É com base neste, porém, que o mundo exterior está em plena conjunção com o mundo humano construído como exigência humana de liberdade.

Para Carlos (2001), as novas formas e os modos de apropriação dos lugares aparecem no miúdo, no banal, no familiar, refletindo e explicando as transformações da cidade. O lugar aparece como desafio à análise do mundo moderno, exigindo um esforço analítico muito grande, que tente abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica. A cidade não é “o lugar”; ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria à discussão do bairro como espaço imediato da vida, das relações cotidianas mais finas, lugares onde o homem habita e que dizem respeito a sua vida cotidiana, um espaço palpável, como plano da prática sócioespacial.

O plano do habitar não se resume ao bairro: articula-se com um espaço mais amplo, apesar de a vida estar circunscrita apenas a uma extensão menor da cidade. Ou seja, o habitante não se apropria integralmente da cidade senão no plano da representação. Como a prática sócioespacial é limitada por trajetos e usos, por lugares capazes de serem apropriados pelo corpo e seus sentidos, estes se realizam em determinados lugares da cidade, e não na totalidade de seu espaço.

Mas essa prática se acha regulada por instituições, por códigos, por uma cultura, que se projeta na realidade prático-sensível com base em uma ordem distante. Assim, o bairro, embora se referisse ao plano do imediato, é também morfologia, que espelha uma hierarquia social, evidenciada no plano dos bairros, pois a habitação é a forma mais imediatamente visível das diferenças de classe.

De acordo com Damiani (2003), esses usos se referem a uma prática que vai a direção à segregação sócioespacial, apesar de, politicamente, as estratégias de classe visarem a segregação no espaço (os elementos da vida urbana se dissociam, por exemplo, em lugares para jovens ou para adultos, para pobres ou para ricos, etc.). Isto porque se o privado se refere ao plano individual, o uso está submetido às leis do mercado, em decorrência da existência da propriedade privada, que delinea uma hierarquia sócioespacial explicitada nos lugares de moradia diferenciados, delimitando o acesso pelo preço do solo urbano.

O público, por sua vez, está ligado ao plano do poder do Estado e de suas estratégias, daí a existência de conflitos permeando os usos desses espaços. O bairro tem uma coerência e uma existência, e é nesse nível que o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido. Os lugares da vida se distinguem e se diferenciam, pois que marcados por um emprego de tempo que se revela em um uso específico. Este, na vida cotidiana, se circunscreve aos níveis das atividades de trabalho, lazer e da vida privada.

Ao mesmo tempo, esses lugares se articulam e se definem por sua inserção e/ou isolamento no espaço metropolitano, diferenciando os níveis de realização da vida marcados por temporalidades diferenciadas e lugares diversos. Desse modo, as relações espaço - temporais se ligam ou se realizam no plano do imediato, no modo como as atividades se inscrevem no lugar e na curta duração, na vida cotidiana, em que o espaço e tempo se apresentam entrecortados por atividades divididas e circunscritas (revelando um espaço invadido por ações fragmentadas), porém articulados e determinados por uma totalidade mais vasta (CARLOS, 2001).

Assim, a cidade, como produto, contempla o homogêneo e o repetitivo, formas que se repetem marcando a monotonia dos bairros. Nessa paisagem, o repetitivo sobressai e ganha expressão sobre o espontâneo e o natural. Espaços repetitivos saídos de gestos repetitivos. São espaços - mercadorias, trocáveis, quantificados, onde a repetição reina absoluta, acentuando um caráter visual e geométrico com parâmetros bem delimitados, pois se fabrica o visual como marca determinante da repetição, expondo a produção da cidade, onde o espaço serve como troca. Esta engendra formas que produzem a racionalidade do espaço urbano. Formas que liberam ou impedem o uso.

Portanto, o processo de reprodução da cidade, aponta para a constituição de um espaço que se desenvolve priorizando o valor de troca em detrimento do uso e de suas possibilidades, gerando assim conflitos que eclodem no plano da vida cotidiana, em que as contradições são percebidas em toda a sua magnitude, pois

esse nível é aquele da reprodução da vida. Nesse processo, faz acréscimos, modificações e, com isso, constrói um espaço diferenciado com base em suas exigências práticas, bem como seus desejos. Este processo produz a fragmentação do espaço e, logo a fragmentação da vida cotidiana.

3.2 A fragmentação da vida cotidiana

A cidade, em sua grandiosidade esmagadora, exuberante e ensurdecidora, aparece como lugar das profundas transformações, um processo inebriante de mudanças em curso. As profundas e rápidas transformações em suas formas ocorrem concomitantemente com profundas transformações da vida cotidiana e, assim sendo, se pode dizer que a cidade aparece, hoje, como manifestação espacial concreta do processo de constituição da sociedade.

Tal fato é potencializado pela generalização, no espaço, dos fluxos de informação e mercadorias, pois o processo capitalista se em um primeiro momento realiza-se contornando fronteiras nacionais para se reproduzir, hoje tem a tendência de unir os mercados, constituindo-se em espaço mundial e hierarquizado, comandado por centros múltiplos. O que torna um lugar mundial, segundo Milton Santos, são os “componentes que fazem de uma determinada parcela de território o lócus da produção e troca de alto nível, conseqüência da hierarquização que regulariza a ação em outros lugares”. Na realidade, a co-presença e a simultaneidade marcam substancialmente o urbano e iluminam as relações espaço-tempo.

Por sua vez, podemos dizer que cada momento a vida na cidade traz consigo um acúmulo de fatos novos, dos quais cada um cria uma série de conseqüências, o que permite pensar a sociedade urbana em sua complexidade com base na vida cotidiana, na cidade. Esses processos aludem a uma nova ordem espaço-temporal que se vislumbra a partir do processo de constituição e mundialização da sociedade urbana, passível de ser analisado a partir da cidade, pois é nela que se misturam os sinais de uma modernização imposta na morfologia

urbana, por meio de novas formas arquitetônicas, novas e largas avenidas, destinadas a um tráfego cada vez mais denso, que se apresentam como imensas cicatrizes no tecido urbano (CARLOS, 1994).

Se de um lado o espaço urbano se afirma como forma, de outro revela na especificidade de sua produção espacial um conteúdo social; o espaço como fio condutor para o entendimento do mundo moderno aparece por meio da análise da metrópole como forma material das relações de reprodução em um sentido amplo, elemento de mediação entre o lugar e o mundial.

Para Harvey (1990), o momento atual a realidade urbana se generaliza em um processo conflituoso e contraditório que engloba as esferas da reprodução social, isto porque o fenômeno urbano tem o sentido da produção humana como processo de realização, tecendo-se como produto da reprodução da sociedade, como reprodução da vida. Isto é, as relações sociais se realizam e ganham concretude materializando-se no espaço.

A primeira observação que podemos fazer é o fato de que se realizam por meio dos modos de apropriação específicos; nesse contexto, a reprodução social alude a condições espaço-temporal objetivas. O sentido do urbano transcende a cidade sem, todavia, deixar de englobá-la. A sociedade urbana se anuncia e se projeta na vida, recriando-a, compondo não só uma totalidade mais ampla, mas, como aponta Henry Lefebvre, transformando-se também em objeto virtual.

As relações sociais, na cidade, podem ser lidas no plano da vida cotidiana, enquanto prática socioespacial, concretizadas no modo como as pessoas se apropriam do espaço, ao mesmo tempo, organizado pelas técnicas, invadido por modelos sócio-culturais, dominado pelo Estado, fraturado pelas estratégias dos empreendedores imobiliários. Esses planos justapostos (econômico e político) invadem os lugares onde se realiza a vida humana determinando-a, pois influencia/limita o uso dos lugares.

Assim, a prática sócio-espacial, no plano do vivido, aparece enquanto modo de apropriação dos lugares onde se realiza a vida cotidiana em seu conjunto. Todavia o espaço encontra-se submetido ao valor de troca, pela generalização do mundo da mercadoria, o que significa que os modos possíveis de apropriação se realizam nos limites e interstícios da propriedade privada do solo urbano, delimitando o acesso à moradia (definido e submetido pelo mercado do solo), ao mesmo tempo em que determina e orienta outras formas de uso (áreas de lazer, por exemplo). Assim, os espaços fragmentados comprados e vendidos no mercado imobiliário sedimentam, no espaço, a desigualdade social.

Numa cidade que se transforma rapidamente, apoiada num planejamento autofágico, onde novas formas urbanas se impõem pela destruição das antigas (através dos múltiplos processos de intervenção na metrópole). Neste processo, não raro, é destituído de sentido, pois os homens se tornam instrumentos no processo de reprodução espacial, e suas casas se transformam em mera mercadoria passível de serem trocadas ou derrubadas (em função das necessidades do desenvolvimento econômico que tem na reprodução do espaço urbano, condição essencial da acumulação, hoje na metrópole). É assim que a atividade humana do habitar, do estar com o outro, do reconhecer-se neste lugar e não naquele, se reduz a uma finalidade utilitária. Trata-se do momento em que a apropriação passa a ser definida no âmbito do mundo da mercadoria (CARLOS, 1994).

Outro autor que se preocupou em estudar o espaço e a relações sociais nele existentes foi Milton Santos. Santos (1985) enumerou quatro categorias de análise do espaço; forma, função, estrutura e processo que, ao serem analisados em conjunto, adquiririam pleno sentido.

Segundo Santos (1985, p:54), “não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura eliminando a função, perderemos a história da totalidade espacial”. A forma é o aspecto visível de um objeto, seja ele visto isoladamente ou num conjunto maior. Cada forma possui um significado social.

Freqüentemente a forma permanece após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida, podendo, no entanto, assumir outros papéis em momentos históricos diferentes. As funções estão diretamente relacionadas à forma, sendo a atividade elementar de que a forma espacial se reveste, e esta, por sua vez, é criada a partir de uma ou de várias funções (1985, p:51). Em muitos casos, formas antigas são mantidas apesar de desempenharem novas funções, que acabam por acarretar o acréscimo de novas formas ao espaço urbano. A estrutura referir-se-ia à dimensão social e econômica de uma sociedade em dado momento do tempo, tendo uma ligação direta com as formas e as funções. Isto é, a estrutura seria a inter-relação das diversas partes que compõe o todo. A estrutura, em qualquer ponto de tempo, atribui valores e funções determinadas às formas do espaço.

Para Ferreira (2003), aquilo que Santos identificou como uma quarta categoria pode ser definida como parte inerente às outras três categorias estudadas acima, isto é, o processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo e mudança, como sendo uma propriedade das outras três. Na verdade, segundo Ferreira, a noção de processo como ação contínua, já estava presente na obra de Lefebvre como que atravessando as demais categorias.

Segundo Lencioni (1997), as três noções, forma, função e estrutura devem ser utilizadas igualmente, com o mesmo peso para analisar o real, pois seria a partir do emprego lógico desses conceitos de análise que se chegaria a um movimento mais profundo, mais real: o movimento dialético da sociedade.

Para Lefebvre (apud Lencioni 1997), a análise do real – além de considerar as noções de forma, função e estrutura – deve distinguir, mas não separar os momentos de um todo. A abstração necessária para distingui-los não os deve isolar, pelo contrário, deve revelar as contradições que se desenvolvem historicamente entre eles.

Limonad (1999), parafraseando Lefebvre, afirma que a reprodução mais abrangente do capitalismo, bem como suas novas condições materiais estaria intimamente ligada aos processos pelo qual o sistema capitalista consegue ampliar sua dominação por intermédio da manutenção e disseminação sócio-espacial de suas estruturas, seja através da reprodução do cotidiano, da força de trabalho e dos meios de produção, seja através da reprodução das condições gerais e das relações gerais sociais de produção; a organização do espaço passa a desempenhar um papel primordial. Esse espaço socialmente produzido, o espaço urbano do capitalismo, irá consolidar-se como o palco das contradições sócio-espaciais geradas pelo próprio capitalismo aonde irão se reproduzir às relações dominantes de produção através de um espaço social concretizado, idealizado, ocupado e fragmentado de acordo com os interesses da produção e do capitalismo.

Corrêa (1999) contribui para a análise do espaço, e também de seus agentes modeladores, ao considerar a cidade como espaço urbano ao mesmo tempo fragmentado e articulado, ou seja, cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, mesmo que com intensidade variável. Essa fragmentação é gerada pela atuação de diversos agentes produtores e consumidores do espaço urbano, que mantêm articulações entre si. A fragmentação e a articulação existentes no espaço constituem as representações espaciais de processos sociais.

O espaço na cidade de Nova Iguaçu reflete a complexa estrutura de classes sociais inerente ao próprio sistema capitalista, mas não se pode esquecer, que o espaço urbano é produto tanto de ações que se realizaram no passado, como também daquelas que se realizam atualmente; constituindo-se numa seqüência temporal de formas espaciais que convivem simultaneamente lado a lado, cada uma sendo originária de um determinado período.

Para Corrêa (1999), esse espaço que é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, campo de lutas entre vários atores, constitui-se no cenário de atuação de diversos agentes sociais, que fazem e refazem a cidade capitalista. A atuação desses agentes é extremamente complexa, resultado da dinâmica de

acumulação do capital, das necessidades alteráveis de reprodução das relações de produção dos conflitos existentes entre as diferentes classes sociais.

Carlos (2001), por outro lado, não teria considerado aquilo que Corrêa (1999) afirma como sendo a cidade, o espaço urbano. Na verdade, Carlos (2004) acredita que é preciso “pensar o urbano como reprodução da vida em todas as suas dimensões – enquanto articulação indissociável dos planos local-mundial – o que incluiria, necessariamente, as possibilidades de transformação da realidade (a dimensão virtual)”. Essa autora relaciona, a partir da leitura de Lefebvre, a cidade à ordem próxima, enquanto o urbano à ordem distante. Nesse sentido, o urbano estaria ligado ao plano do concebido, ao passo que a cidade estaria ligada ao plano do vivido.

A construção de um pensamento sobre a cidade que aponta para a necessidade da elaboração de uma dada problemática urbana, revela a articulação que ilumina as relações entre a cidade e o urbano. Diferentemente da prática sócio espacial, a problemática urbana se constrói no plano teórico. No contexto do processo de urbanização o espaço vai se transformando em mercadoria, produzido e vendido como solo urbano, submetido à troca e à especulação, uma troca que, à medida que o processo se desenvolve se autonomiza em relação ao uso, em um processo de produção assentado na propriedade privada, que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados da sociedade. Assim, o espaço aparece como produto de uma atividade dividida, no qual a fragmentação ocorre como produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação apoiada na propriedade privada do solo urbano.

3.3 Transformações urbanas: inovações e permanências

O espaço urbano, devido a sua complexidade, possui várias características, podendo ser analisado a partir de uma multiplicidade de abordagens teóricas, de acordo com os objetivos focados. No presente estudo, consideramos a cidade em sua complexidade como uma mercadoria, que entra no circuito da troca, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. De acordo com Carlos (2001:14),

“A cidade é condição geral da produção, o que impõe determinada configuração espacial que aparece como justaposição de unidades produtivas, formando uma cadeia que integra os diversos processos produtivos, os centros de intercâmbio, os serviços e o mercado, além da mão-de-obra”.

Como afirma Lefebvre (1994), não se vendem mais objetos, tijolos, ou habitações, mas cidades. Isso significa dizer que o espaço torna-se mercadoria, entra no circuito da troca, e com isso espaços antes desocupados se transformam em mercadoria, entrando na esfera da comercialização.

Estando Nova Iguaçu localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo um dos maiores centros de comércio e serviços, às margens das mais importantes rodovias e ferrovias do país, torna-se palco para a atuação de diversos agentes produtores do espaço urbano que, sabidamente, agem com estratégias pontuais em conjunto com as imagens que são criadas e recriadas dentro de um mercado extremamente competitivo.

Daí que para Carlos (2001), o processo de reprodução do espaço, no mundo moderno, submete-se cada vez mais ao jogo de mercado imobiliário e das políticas estratégicas do Estado que tendem a criar o espaço da dominação e do controle. Nesse contexto, o valor de troca impresso no espaço-mercadoria se impõe ao uso do espaço na medida em que os modos de apropriação passam a ser determinados, cada vez mais, pelo mercado.

Segundo Harvey (1973, p:73), citando Marx, “a mercadoria é valor de uso para seu possuidor, somente na medida em que é valor de troca” ou “valor de uso como ativo portador de valor de troca torna-se meio de troca”, isto é, as mercadorias têm um valor de uso que implica valor de troca e que será valor de uso para outros que as possuírem, tanto para consumo, satisfação de suas necessidades, quanto para valor de troca.

Nesse processo, o espaço, na condição de valor, entra no circuito da troca geral da sociedade como espaço de dominação e como mercadoria reproduzível. Produz-se com isso a especialização dos lugares, determinando e redirecionando fluxos, produzindo centralidades novas. Desse modo, o espaço dominado, controlado, impõe novos modos de apropriação, pelo estabelecimento de novos usos que excluem e incluem os habitantes.

Por sua vez, esse processo aprofunda outra contradição do espaço, qual seja a passagem do espaço produzido como valor de uso para um espaço que se reproduz visando à realização do valor de troca. Lefebvre (1994) adverte que:

“As contradições do espaço não vêm de sua forma racional tal qual se depreende nos matemáticos; elas vêm do conteúdo prático e social, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, esse espaço da sociedade capitalista sequer racional enquanto na prática ele é comercializado, fragmentado, vendido em parcelas. É assim que ele é, ao mesmo tempo, global e pulverizado. Ele aparece lógico e ele é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano se descobre que a burguesia tem um duplo poder sobre o espaço: inicialmente a propriedade privada do solo, que se generaliza no espaço inteiro, à exceção dos direitos das coletividades e do Estado – e, secundariamente, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do Estado. Há conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e, notadamente, entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global ou estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, fragmentado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais do planejamento e os projetos parciais dos mercadores do espaço”.

Essas contradições explodem na vida cotidiana no plano da apropriação do espaço. Com isso, nova área adquire o valor de troca, redefinida por sua trocabilidade. Nesse contexto as parcelas do espaço, sob a forma de mercadoria, encadeiam-se ao longo dos circuitos da troca a partir de uma estratégia de uma

lógica que transcende o livre jogo do mercado. Assim, com estratégias bem definidas, o solo urbano muda de proprietários, o que garante a reprodução espacial segundo as necessidades da reprodução do capital.

Na cidade de Nova Iguaçu, tal processo sinaliza as novas relações do processo de reprodução espacial, em que uma parcela significativa de solo urbano é ocupada e liberada para outro uso, com a destruição de imóveis e o deslocamento dos habitantes, onde implodem velhas formas e explodem novas formas, provocando novos conteúdos e sentidos para cumprir suas funções.

Para Maricato (2002), o espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica. Segundo Sánchez (2001), a construção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada à representações e idéias. Trata-se, portanto, de uma construção social, subordinada à visão de mundo daqueles que, ao se imporem como atores dominantes nos processos de produção do espaço, também ocupam posição privilegiada para dar conteúdo ao discurso sobre o espaço.

De acordo com Vainer (2000), ainda, há a massificação da produção da diferença. Em outras palavras, vender a mesma coisa como se fosse o novo, uma imagem reciclada, que esvazia o fundamento original de construção da diferença, conduzindo a superficialização do tecido social.

Para Porter (1990), a empresa é quem dita a localização dos investimentos, sendo a cidade dependente dessas decisões. As cidades estariam confrontadas no mesmo ambiente competitivo das empresas, onde se articulam duas escalas: local e global.

Segundo Castells & Borja (apud VAINER 2000, p:80), o governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estrutura e de serviços que exerçam a atração de

investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas exportações.

Para que trazer essas referências da gestão empresarial dos negócios para a análise urbana? Na verdade, essa descrição mostra que distintas dimensões do empresariamento têm sido empregadas nos contextos urbanos, com todo tipo de propósitos. Nessa utilização, o que fica subentendido é que o espaço é esvaziado de seu sentido de “lugar” para estar submetido a uma noção de “parcela de consumidores”.

O marketing urbano vende a localidade, mas as suas práticas não são independentes da sua origem e nem de sua experiência, o que contamina, inclusive na fonte, seus recursos de convencimento social, já que se vende algo que é público. Dessa forma, projetos hegemônicos de construção de signos identitários recriam e estilizam uma cultura reinventada, o que pode, inclusive ter efeitos indesejáveis para projetos estratégicos e, sobretudo, políticos de construção da cidadania.

O que nos parece central extrair destas leituras é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem num dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. Assim, a cidade-mercadoria expande as fronteiras do urbano no mundo da mercadoria. O sentido do urbano transcende à cidade, sem, todavia, deixar de englobá-la. A sociedade urbana se anuncia e se projeta na vida, recriando-a, compondo não só uma

totalidade mais ampla, mas, como aponta Henri Lefebvre (1999, p:16), transformando-se também em objeto virtual.

O processo de reprodução espacial na cidade se realiza na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço como condição e produto da acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática sócioespacial como plano da reprodução da vida). A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais (e de produção) por meio da reprodução do espaço. O modo de produção capitalista se reproduz superando as barreiras a seu desenvolvimento, resolvendo impasses e, nesse processo, o Estado aparece como instituição capaz de criar mecanismos que permitam resolver as contradições à realização da acumulação. Isto porque, em seu contínuo processo de reprodução, o capital se depara com as contradições que emergem da produção do espaço, associada, aqui, aos obstáculos criados pela existência da propriedade privada do solo urbano, na medida em que aparece como barreira à concretização da reprodução ampliada – nesse caso só o Estado pode, com suas estratégias, agir no sentido de eliminar ou atenuar as barreiras ao desenvolvimento da reprodução do capital. Aqui, os promotores imobiliários ganham importância, pois com sua ação, junto ao Estado, propõem, concretamente, formas capazes de permitir a continuidade do processo.

O que ocorre é que o espaço se reproduz no capitalismo como mercadoria que se generaliza; nessa condição, ele é fragmentado e comercializado em parcelas no mercado, um processo que se apóia em uma relação de troca baseada no uso, mas que tem como condição a existência da propriedade privada do solo urbano. O espaço vai-se subdividindo até a pulverização em pequenas propriedades o que, se em um primeiro momento aparece como condição necessária à reprodução, em outro momento aparece como barreira à acumulação. É aí que a condição da propriedade privada de parcelas significativas do espaço entra em conflito com as necessidades de reprodução do capital, em especial nas áreas centrais da cidade; nesse caso o Estado intervém no processo de modo a

liberar as áreas necessárias ao crescimento e o faz lançando mão de mecanismos legais que transformam a propriedade privada em propriedade de interesse público.

Com isso retira o direito antes conferido pela propriedade privada aos seus proprietários, restituindo o espaço para novos usos e expulsando os habitantes para áreas hierarquicamente “menos importantes” à realização da reprodução. Assim, o choque produzido por estratégias diferenciadas, no espaço, entre o Estado e os promotores imobiliários, é atenuado em função de um acordo momentâneo e localizado entre dois segmentos diferenciados e com interesses divergentes da sociedade. O Estado intervém no sentido de eliminar as barreiras ao desenvolvimento continuado do capital, mas não elimina as contradições do processo de reprodução espacial: homogênea como imposição de sua ação e fragmentada pelas estratégias imobiliárias.

A gestão política impõe ao espaço uma racionalidade que se quer homogênea e que por meio de grandes investimentos muda superfícies imensas, passíveis de serem modificadas apenas pela interferência do Estado. O capital produz o espaço como condição (e produto) de sua reprodução; o Estado intervém por mecanismos de gestão que criam o espaço como meio de dominação, e o setor financeiro utiliza-se da produção do espaço como meio de investimento lucrativo. Em outra vertente, há os interesses do cidadão, que vê a cidade como condição (e produto) da reprodução da vida. Nesse sentido os interesses em jogo entram em conflito no plano da prática socioespacial, apontando o choque entre o espaço que se produz como valor de troca e que se produz como valor de uso; entre a dominação da troca e os modos de apropriação pelo uso. Desse modo o espaço se reproduz como condição/produto da reprodução do capital, e ao mesmo tempo como instrumento político vinculado ao Estado.

Nesse sentido, o movimento de transformação das cidades em mercadoria, em produtos para o mercado, situa-se na esfera da circulação simbólica, através de instrumentos das políticas público-privadas de promoção e venda das cidades. Como "produtos-mercadoria", no sentido atribuído por Marx,

retiram-se-lhes muitas das características concretas do processo e dos atores que participaram de sua formação e transformação.

Segundo Sánchez (2001, p:173):

"[...] o paraíso utópico da cidade virtual pode revelar-se uma máscara para a especulação e para os grandes empreendimentos, o estimulado civismo urbano pode encobrir o desprezo pela participação substantiva do cidadão, a retórica do multiculturalismo tende a transformar o 'outro' em simples imagem, vazia de conteúdo, e a da 'cidade sustentável' pode ser reduzida à última versão de um modelo político exportável".

A emergência da cidade-mercadoria sinaliza um novo patamar no processo de mercantilização do espaço, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, do processo de internacionalização do capital na contemporaneidade. Tais processos estão imbricados nos processos históricos de acumulação do capital no urbano.

Um espaço próprio à fase atual do capitalismo vem sendo produzido, específico das sociedades urbanas dirigidas e dominadas por novas relações de produção capitalista, com a adaptação técnica do território, a renovação de infra-estruturas de mobilidade e a construção de espaços e equipamentos seletivos voltados aos negócios, ao consumo e à habitação. Dessa forma, intervenções cada vez mais pontuais e restritas a uma parcela de consumidores do espaço, como as que ocorrem na cidade objeto deste estudo, resumem-se a produzir cenários cada vez mais seletivos, voltados para alguns tipos de usuários mais solventes, "verdadeiras imagens publicitárias das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais" (ARANTES, 1995, p:186-87), que pudessem dar-lhes algum conteúdo e significado.

Não seria possível falar da cidade e de seu desenvolvimento moderno sem a mercadoria, sem concebê-la como mercadoria. Está posto que a mercadoria, como totalidade, inclui a cidade como negócio, ou nos termos de Lefebvre, retrata a urbanização como negócio, como parte substancial e redefinidora do corpo de desenvolvimento da acumulação do capital.

As estratégias de marketing urbano da cidade de Nova Iguaçu foram recriadas, na década de 90, de maneira a propagar que as intervenções que ocorrem de maneira pontual atingem todas as áreas do município de forma homogênea. Trata-se, é trivial, de uma falácia promovida pelo próprio governo local e que só tem o sentido que lhe é conferido pelo marketing na medida em que são vistos como uma imagem de um signo de bem-estar e felicidade que apaga sua configuração de mercadoria, mas é redutor da realidade que pretende representar.

Nesse sentido, o espaço aparece sem passado, sem identidade, isto é, sem história, uma abstração vazia onde o privado se reafirma e se impõe em detrimento do público. Incluem-se num processo da troca e, para além do plano do visual, do olhar, redefinem-se como espaços sem horizonte referencial. Isto é facilitado pela transformação do espaço social em espaço abstrato, ou seja, do espaço enquanto valor de uso em espaço-mercadoria. Para isso, a cidade é vendida em pedaços como fragmentos de um imenso mosaico, sendo esta fragmentação uma forma de viabilizar a sua transformação em mercadoria. Portanto, a existência dessas estratégias de produção dos agentes envolvidos neste processo de transformação urbana da cidade, define o espaço como condição, meio e produto de reprodução das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta leitura, entendo que o processo de formação da cidade é contínuo, não sendo possível concebê-la de forma acabada. Isto porque a cidade exprime o conjunto das contradições advindas das relações sociais de produção, sendo fruto, portanto, da dialética que imprime no contexto da cidade formas distintas de paisagem de acordo com a realidade histórica, ou melhor, com a conjuntura destas relações sociais de produção. Nova Iguaçu, seguindo esta tendência, apresentou a cada mudança conjuntural uma nova forma e estrutura.

O elemento que condiciona as relações contraditórias na sociedade urbana é o sistema capitalista, que institui valores a serem perseguidos diferentemente pelos grupos sociais no processo de produção, de acordo com os recursos de que dispõem e mobilizam, a fim de satisfazerem suas necessidades de re-produção material (de coisas e da própria vida) e intelectual. Como a produção é o elemento incondicional para a realização da vida humana, a sua dinâmica vai apresentando historicamente as formações sociais refletidas na cidade (forma e conteúdo), que variam de acordo com a manipulação dos recursos feita pelos grupos sociais para a satisfação de suas necessidades coletivas.

Esta dinâmica faz com que os grupos, na sua afirmação sócio-espacial, entrem em conflito, apesar de que esse conflito se desenvolve “disfarçado” pelos mecanismos ideológicos que procuram dar harmonia a uma cidade. Nesse caso, o planejamento de uma cidade consiste em dispor organicamente os elementos sociais e materiais (objetos, fábricas, máquinas, mercadorias) à produção capitalista, numa relação de produção mediada pelo processo de urbanização controlado.

Refletir uma situação a partir da dinâmica do planejamento pode dizer que o argumento de que toda e qualquer cidade, independente do “concebido” e do “vivido” (LEFEBVRE, 1983), só existe de fato como processo e não como estabelecimento, que se instala em caráter definitivo, processo entendido como

possibilidades de permanentes transformações nos conteúdos e imagens urbanas, é procedente para explicar os novos rumos assumidos pela cidade planejada.

Uma das características mais marcantes na execução de programas vinculadas ao planejamento estratégico das cidades, no mundo inteiro, tem sido a forte referência, no discurso e na prática, às transformações e mobilizações dos espaços e paisagens urbanas, como requisito à conquista de confiabilidade por parte dos investidores e, em consequência, à captura de vantagens e lucros. Esse é um traço que, particularmente, nos tem chamado a atenção, pois referenda a espetacularização emblemática dos espaços urbanos, evidenciando uma clara mudança na própria incorporação do espaço no planejamento urbano.

Em um mercado urbano, o planejamento estaria, assim, inseparavelmente ligado ao city marketing, especialmente através da estrutura física da cidade, a partir da qual concebem-se e determinam-se as dimensões do produto futuro. Ao trazer o pensamento estratégico e empresarial para a esfera da administração urbana, consultores estrategistas difundem a proposta de que características da paisagem urbana devem ser utilizadas como um dos principais trunfos na competição por recursos e investimentos. Nessa leitura de cidade, comumente evocada e divulgada, as condições desfavoráveis da paisagem urbana, passa a ser alvo de propostas de revitalização meramente estética ou, pior que isso, expostas como pontos de atração. Esta nova geração de urbanistas, que mais parecem ter saído de escolas de propaganda, lidam com a cidade reinventando, estrategicamente, "produtos-paisagem", promovidos sob a forma de imagens: "pois é esta a simbiose de imagem e produto que caracteriza a cidade-empresa-cultural perseguida pela terceira geração urbanística". (ARANTES, 2000).

Nesse sentido, a modernização espacial, através de intervenções pontuais estratégicas como as que ocorreram no centro comercial da cidade de Nova Iguaçu, é capaz de protagonizar grandes efeitos político-ideológicos sem, na verdade, produzir mudanças significativas. Trata-se de uma reforma urbana pontual que se generaliza em um processo contraditório que engloba as esferas da

reprodução social, isto porque o fenômeno urbano tem o sentido da produção humana como processo de realização, tecendo-se como produto da reprodução da sociedade, como reprodução da vida; isto é, as relações sociais se realizam e ganham concretude, materializando-se no espaço.

“Não resta dúvida de que o urbano engloba a cidade, mas também, simultaneamente, a transcende. Acreditamos que a cidade está ligada antes de tudo ao valor de uso e, posto isso, o cidadão não pode ser reduzido a um simples usuário de serviços, onde sua vida cotidiana estaria sendo controlada por um consumo programado. Isso é importante, pois como nos lembra Lefebvre (1991, p. 103), o direito à cidade refere-se às possibilidades plenas da apropriação dos espaços para a vida em todas as suas dimensões, ao passo que o cidadão visto apenas como usuário reduz-se à total passividade, a não ser que rompa com tal representação e se contraponha às coações” (FERREIRA, 2003, p. 187).

As intervenções físicas na paisagem urbana constituem importantes propostas de programas articulados pelo planejamento estratégico de cidades. Ao mobilizar, modificar, transformar, recuperar, renovar ou mais comumente requalificar espaços urbanos, este planejamento aciona intenções e satisfaz interesses, também conduzidos por estratégias. São vários os exemplos e as experiências contemporâneas em que as intervenções se reproduziram, invariavelmente, através de modificações na composição e atributos estéticos dos lugares, "variações em torno de um mesmo modelo" (ARANTES, 2000, p:48).

Nesse sentido, as intervenções buscam cada vez mais, a reciclagem imagética dos lugares. Desta forma, antes da importância conferida à transformação da paisagem física, encontra-se a intenção de gerar imagens recicladas e sinteticamente estimuladoras de oportunidades econômicas.

Ao planejar a ocupação de um espaço urbano, o Estado deveria, antes de mais nada, visar o bem estar da população que irá habitá-lo. Isso inclui não só o respeito às características naturais da área, mas, principalmente, o respeito aos diferentes grupos sociais que aí irão residir e se relacionar. O empresarialismo e todo o seu contexto econômico-político significam uma ameaça a direitos e conquistas sociais obtidos ao longo de décadas de luta pelo direito à cidade.

As considerações feitas aqui não esgotam o tema abordado, servem apenas para estimular um debate mais aprofundado sobre intervenções pontuais promovidas pela atuação dos agentes sociais dentro de uma grande cidade capitalista. Nesse contexto, o presente trabalho tentou alertar para os perigos de um planejamento que só contempla os interesses de determinados grupos sociais e negligencia os demais no processo de gestão do espaço. Exemplificar a reforma urbana pontual da cidade de Nova Iguaçu e o tipo de cidade que vem se construindo significa desvelar uma cidade segregada, dividida entre ricos e pobres, e que não tem buscado na diversidade que a caracteriza, a construção de uma sociedade com maior igualdade entre as partes que a compõem, que nas palavras de Francisco de Oliveira (2000) "é o urbanismo do apartheid, em sua acepção mais radical e mais perversa".

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1997.
- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BARQUERO, Antonio Vázquez. Política Econômica Local: la respuesta de las ciudades a los desafios del ajuste productivo. Madrid: Ediciones Pirámide, p.72. 1993.
- BORJA, Jordi & Forn, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados Unidos para as Cidades. ESPAÇO E DEBATES, ano XVI, n. 39, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-Tempo na Metrópole. São Paulo. Contexto, 2001. O Lugar no/do Mundo. São Paulo. Hucitec, 1996. O Espaço Urbano. São Paulo. Contexto, 2004.
- CASTELLS, Manuel & Borja, Jordi. As Cidades como Atores Políticos. Novos Estudos CEBRAP. N45, jul 1996, p. 152-166.
- COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângela & COELHO Franklin Dias (org.). Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES. 1996.
- CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo. Ática, 1999.
- DAMIANI, Amélia Luisa. O urbano no mundo da mercadoria. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e LEMOS, Amália Inês Geraiges. Dilemas urbanos: Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo. Contexto, 2003.

DANTAS, Ana Cláudia de Miranda. Planejamento Urbano nos anos 90: negociações entre as esferas pública e privada. Dissertação de Mestrado submetida à IPPUR da UFRJ, 1997.

DE GRAZIA, Grazia. Reforma Urbana e Estatuto da Cidade. In RIBEIRO, L. C. Q. e CARDOSO, A. L., Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro. Revan Fase, 2003.

FERREIRA, Alvaro. A emergência do teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro. 2003. 248f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2003.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 11ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

HARVEY, David. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e Debates. Ano XVI, n. 39, 1996. p.48-64. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1973.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. Trabalho apresentado no VI Encontro de Geógrafos da América Latina. TERRITORIOS EM REDEFINICION. Buenos Aires, 1997.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178p. The production of space. Oxford, UK: Blackwell, 1994. 454p. O direito à cidade. São Paulo: MORAES, 1991. 145p.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização. In REVISTA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFF (Geografia), n.1. Niterói: UFF/EGG, 1999.

MARICATO, E. As Idéias fora do Lugar e o Lugar fora das Idéias. In ARANTES, OTÍLIA, VAINER, C. e MARICATO, ERMINIA. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis. Vozes, 2000.

MARX, Karl. O capital. Livro 1º. Vol. 1,2. Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. Coleção Perspectivas do Homem, série Economia, 1971.

MINTZBERG, Henry. The rise and fall os strategic planning. Reconceiving roles for planning, plans, planners. Nova York /Toronto, The Free Press /Maxwell Macmillan Canada, 1994.

NATAL, Jorge Luiz Alves. O Estado do Rio de Janeiro pós – 1995: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. [colaboradores, Alberto de Oliveira, Luciano Mendonça, Maurício Silva]. Rio de Janeiro: Publicati, 2005. 284p. Rede Urbana e desenvolvimento econômico fluminense: um estudo de caso. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.37p.

OLIVEIRA, Alberto de. & DUARTE, Lúgia. Modelos de Gestão Urbana: a experiência do município de Santo André. 2000.

OLIVEIRA, Francisco. Comentários da contracapa. Pátria, Empresa e Mercadoria – Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, OTÍLIA, VAINER, C e ERMÍNIA. A Cidade do Pensamento Único – desmanchando consensos. Petrópolis. Vozes, 2000.

OZÓRIO, Elaine Cristina. Shopping a céu aberto em Nova Iguaçu: uma reforma urbana? Monografia de Conclusão do curso de Geografia e Meio Ambiente. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004, 41f.

PEREIRA, Valnei. Intenções Estratégicas no Planejamento Urbano de Belo Horizonte. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

PORTER, Michael. The Competitive Advantage of Nations. Nova York, Londres. The Free Press, 1990.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Conversando sobre o Espaço. In VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Porto Alegre: Maio 1999.

RODRIGUES, Adriano Oliveira. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo. 2006.127f. Dissertação de mestrado (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (in) sustentabilidade das cidades vitrine. In ACSERALD, Henri. A Duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.

SADEK, Maria Tereza Aina. Poder Local: Perspectivas da Nova Ordem Constitucional. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE, v.5, nº.2, abr./jun.,p.9.1991.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo. Hucitec, 1993. Espaço e Método. São Paulo, Nobel, 1985. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Caludete de Castro. Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de 90. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH da Universidade de São Paulo.

SMITH, Neil. The New Urban Frontier: gentrification and the revanchist city. Londres. Routledge, 1996. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, M.T.S. Nova Iguaçu: Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1960, 134p.

SOUZA, Celina Maria. Gestão Local e Gestão Metropolitana: Um falso dilema? ESPAÇO E DEBATES. São Paulo: NERU, n.30,p.57-58. 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria – Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, OTÍLIA, VAINER e ERMÍNIA. A Cidade do Pensamento Único – desmanchando consensos. Petrópolis. Vozes, 2000. As Escalas do Poder e do Poder das Escalas: o que pode o poder local?. Rio de Janeiro. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, ANPUR,2001. p:140-151.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)